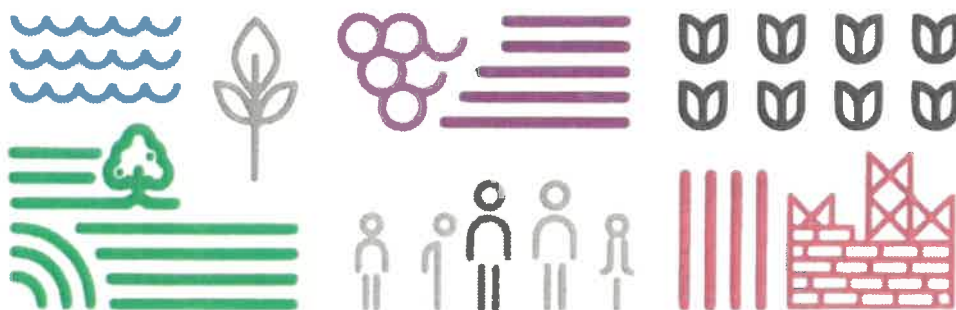


RELATÓRIO DE GESTÃO

2021




PROMO
TORRES




1. DADOS GERAIS DA EMPRESA

- 1.1. EVOLUÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS
- 1.2. INVESTIMENTOS
- 1.3. GASTOS
- 1.4. RENDIMENTOS
- 1.5. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA
- 1.6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
- 1.7. PERSPETIVAS FUTURAS

2. ÁREA DE EVENTOS

- 2.1. CARNAVAL DE TORRES
- 2.2. FEIRA RURAL
- 2.3. FEIRA DE SÃO PEDRO
- 2.4. FEIRA DE VIATURAS USADAS
- 2.5. BE FASHION
- 2.6. CARNAVAL DE VERÃO
- 2.7. FESTIVAL DAS VINDIMAS
- 2.8. SANTA CRUZ OCEAN SPIRIT
- 2.9. EVENTOS DIVERSOS
- 2.10. COVID 19

3. EQUIPAMENTOS

- 3.1. MERCADO MUNICIPAL
 - 3.1.1. OCUPAÇÃO FIXA E EVENTUAL
 - 3.1.2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
 - 3.1.3. ANÁLISE DE RESULTADOS
- 3.2. EXPOTORRES
- 3.3. OUTROS SERVIÇOS EM EQUIPAMENTOS

4. GESTÃO INTEGRADA DE ESTACIONAMENTO

- 4.1. DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE
- 4.2. RESUMO DE RESULTADOS

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- 5.1. BALANÇO
- 5.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA
- 5.3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO
- 5.4. DEMONSTRAÇÃO FLUXOS DE CAIXA
- 5.5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

6. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

- 6.1. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO
- 6.2. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



1. DADOS GERAIS DA EMPRESA



Relatório e Contas de 2021

Nos termos do art.º 12º e art.º 10º dos Estatutos da Promotorres, EM vem o Conselho de Administração submeter à aprovação da Assembleia Geral, composta pelos membros do órgão executivo do acionista único Município de Torres Vedras, o Relatório e Contas referente ao período económico do ano de 2021 que compreende: o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Anexo, o Relatório e Parecer do Fiscal Único e a Certificação Legal de Contas.

A Promotorres E.M. é uma pessoa coletiva de direito privado com natureza municipal, dotada de personalidade jurídica com autonomia administrativa e financeira e património próprio.

A empresa municipal foi criada pela Câmara Municipal de Torres Vedras, em 1997, e tem como missão a gestão de equipamentos e a organização de eventos.

A empresa é responsável pela gestão do Mercado Municipal e do Mercado Abastecedor, da Expotorres (Parque Regional de Exposições), de dois parques de estacionamento subterrâneos (Câmara Municipal e Mercado Municipal), pela fiscalização do estacionamento de superfície na cidade, pela gestão das Agostinhas – Bicicletas Urbanas de Torres Vedras e pela produção dos maiores eventos do concelho, nomeadamente o Carnaval de Torres Vedras, a Feira de S. Pedro, o Santa Cruz Ocean Spirit, a Feira Rural, o Festival das Vindimas, entre outros eventos. A Promotorres presta ainda apoio, com os seus Assistentes Operacionais, em vários espaços e equipamentos municipais.

À semelhança do ano do ano anterior, o ano de 2021 continuou a ser fortemente afetado pela infeção epidemiológica SARS-CoV2 e da doença COVID-19, com todos os constrangimentos subsequentes, mantendo-se aos dias de hoje, passados já mais de dois anos, algumas medidas excecionais.

Tendo por base a evolução pandémica, poderemos considerar 2 períodos distintos ao longo do ano, quase que semestrais, com medidas mais restritivas no 1.º semestre, onde se destaca um longo período de confinamento, e com medidas menos restritivas no 2.º semestre, que voltaram a agravar novamente no final de novembro.

Ao nível da Mobilidade, de destacar que o confinamento verificado no início do ano trouxe uma elevada quebra de receita na atividade relacionada com o estacionamento à superfície e subterrâneo. De destacar também o facto de, fruto da descentralização de competências de janeiro de 2019, que a partir do final de novembro de 2021 a empresa passou efetivamente a tratar a instrução e decisão de procedimentos das contraordenações rodoviárias por infrações leves de estacionamento, respetivos agravamentos da coimas e custos de processo, dado que apenas nesta data ficou funcional e disponível o software de gestão destes procedimentos, o STIAR (CTT).

No que aos eventos diz respeito, e pela primeira vez desde 1983, o Carnaval de Torres Vedras não se realizou nos moldes de sempre e a Feira de S. Pedro realizou-se em moldes consideravelmente limitados. O Santa Cruz Ocean Spirit não se realizou dada a forte participação de atletas vindos de vários países da europa, mas também de outros continentes. Bem como o Carnaval de Verão que também não se realizou, ambos os eventos pelo segundo ano consecutivo. Apesar de condicionados, outros eventos foram realizados, como se verificará no presente relatório.

Relativamente à gestão da Expotorres, de destacar a ausência de receitas de aluguer dos pavilhões (apesar dos interessados), bem como o aumento das despesas com água, luz e gás, devido ao facto de o pavilhão Multiusos estar afeto ao combate à pandemia, com a instalação do Centro de Vacinação e Testagem.

Por fim, reforça-se que à empresa municipal não foi possibilitado o recurso ao Lay-off, tendo mantido todos os seus recursos humanos, apesar das dificuldades, e cumprido com todos os pagamentos ao estado nos prazos devidos.

Pelas razões aqui apresentadas, o Plano e Orçamento para 2021 foi ainda em muito condicionado pela pandemia.

1.1.

Micro
[Signature]
[Signature]

EVOLUÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS

Comparativamente ao período homólogo, verificou-se um decréscimo de 38,51% no Volume de Negócios no ano de 2021, comparativamente ao ano anterior, tendo sido de 1.022.617,80 euros. Recorde-se que em 2020 ainda foi possível realizar o evento Carnaval de Torres Vedras na sua plenitude.



Figura 1 - Evolução do Volume de Negócios

No quadro seguinte podemos ver o contributo de cada uma das áreas no Volume de Negócios e a variação entre 2020 para 2021.

Volume de Negócios	2019	2020	2021	variação
Venda de Mercadorias	14 734,16 €	15 468,24 €	6 822,83 €	-55,89%
Prestações de serviços	2 100 403,95 €	1 647 576,96 €	1 015 794,97 €	-38,35%
Eventos	1 052 634,62 €	798 015,66 €	83 076,94 €	-89,59%
Bilheteira	518 980,06 €	633 324,68 €	- €	-100,00%
Publicidade	49 797,12 €	22 682,90 €	6 549,99 €	-71,12%
Expositores	178 620,90 €	- €	47 683,55 €	
Ambulantes	12 390,75 €	- €	- €	
Divertimentos	67 791,00 €	- €	1 300,00 €	
Restauração	149 930,00 €	65 700,00 €	3 075,00 €	-95,32%
Apoio Produção e patrocínios	62 980,50 €	72 250,00 €	21 023,40 €	-70,90%
Energia e água	6 010,00 €	- €	3 445,00 €	
Diversos Taxa Normal	1 100,00 €	3,42 €	- €	-100,00%
Material Merchandising	4 722,09 €	4 054,66 €	- €	-100,00%
Tendas/Comerciantes	300,00 €	- €	- €	
outros	12,20 €	- €	- €	
Estacionamento	670 637,76 €	448 104,65 €	539 660,79 €	20,43%
Rotação	56 823,82 €	34 228,29 €	37 588,17 €	9,82%
Avenças	47 034,16 €	33 327,96 €	37 100,21 €	11,32%
Parcómetros	494 903,99 €	296 049,58 €	348 117,30 €	17,59%
Adesão Agostinhas	3 857,74 €	3 113,86 €	2 727,70 €	-12,40%
Taxa Máxima Diária	41 387,68 €	44 013,62 €	41 054,81 €	-6,72%
Pagamentos Móveis PaySimplex	25 581,47 €	23 664,54 €	23 382,72 €	-1,19%
Tokens Comercio	601,46 €	449,31 €	480,64 €	6,97%
Pagamentos Móveis Via Verde	- €	13 257,49 €	49 209,24 €	271,18%
Serviços Assistentes e Vigilantes	258 701,31 €	243 562,18 €	226 413,75 €	-7,04%
Mercado	118 430,26 €	157 894,47 €	166 643,49 €	5,54%
Total	2 115 138,11 €	1 663 045,20 €	1 022 617,80 €	-38,51%

Handwritten signature and initials:
 Vitor
 Micael
 H

Figura 2 – Distribuição do Volume de Negócios

1.2.

INVESTIMENTOS

Face à situação pandémica, e consequente redução de receita, os investimentos realizados em 2021 foram os seguintes:

Mobilidade:

- Contrato de manutenção dos parcómetros;

Eventos:

- Criação da Loja Online do merchandising do Carnaval de Torres Vedras;

Mercado Municipal:

- Instalação de acesso à internet, via wifi, para operadores e clientes;

Expotorres:

- Instalação de nova iluminação LED nas paredes exteriores do pavilhão Expo;

Recursos Humanos:

- Fardamento para funcionários;

Sede da empresa:

- Instalação de acesso à internet, via wifi, para funcionários e visitantes;

Investimentos em Ativos Fixos tangíveis	2021
projetores Led - Expotorres	2 850 €
rede wifi- Mercado Municipal	3 929 €
Total	6 779 €

Figura 3 - Evolução dos Investimentos

1.3.

GASTOS

Os gastos com o pessoal atingiram o montante de 921.731,18 euros, verificando-se um decréscimo de 7,51% comparativamente a 2020, motivado por:

- Aposentação de 1 funcionário, em agosto, com quem também se efetuou acerto de contas;
- Licença sem vencimento atribuída a 1 funcionário, a partir de maio;
- Redução substancial no pagamento de horas extraordinárias no Carnaval, devido à não realização nos moldes de sempre.

Em 2021, a rubrica de fornecimentos e serviços externos diminuiu 32,48%, para 941.956,69 euros sobretudo devido à não realização do Carnaval de Torres Vedras, do Carnaval de Verão e do Santa Cruz Ocean Spirit. A Feira Rural apenas retomou em junho e de forma condicionada, bem como o Be Fashion e a Feira de S. Pedro. A Feira de Viaturas Usadas realizou-se nos moldes previstos e o Festival das Vindimas voltou a repetir o formato online sem final presencial.

A variação no montante das depreciações é a que decorre dos investimentos em ativos fixos. A empresa continuou a utilizar as taxas mínimas de depreciação, aceites legalmente.

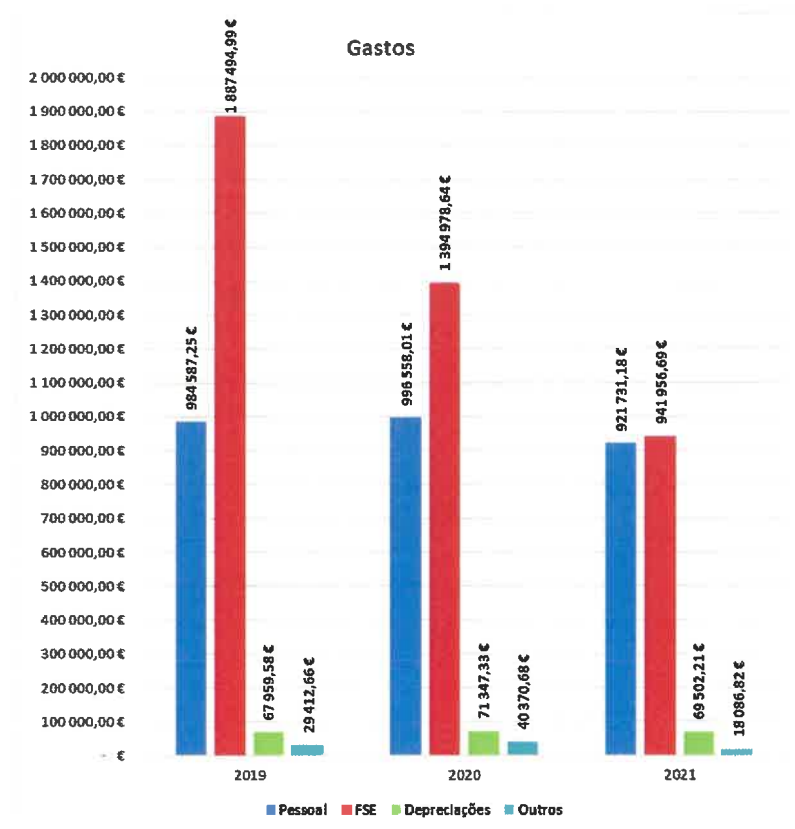


Figura 4 - Evolução dos Gastos

1.4.

RENDIMENTOS

O gráfico seguinte apresenta a evolução dos rendimentos ao longo dos últimos 3 anos:

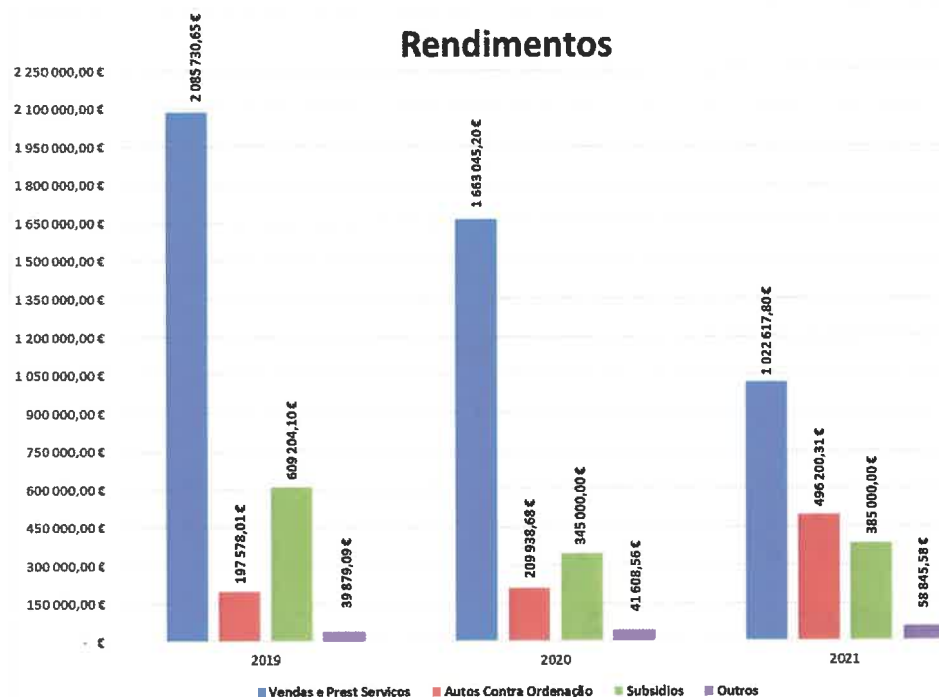


Figura 5 - Evolução dos Rendimentos

Em 2021 verificou-se uma variação negativa de 13,14% nos Rendimentos face ao ano anterior, principalmente devido à suspensão de parte das atividades da empresa nomeadamente:

- Redução de receitas relacionadas com o estacionamento à superfície e subterrâneo no 1.º trimestre do ano, devido ao confinamento verificado;
- Cancelamento do Carnaval de Torres Vedras, Feira da Saúde e Carnaval de Verão;
- Realização condicionada da Feira de S. Pedro;

O montante total dos Subsídios à Exploração em 2021 foi de 385.000,00 euros, sendo este valor referente a:

- Contrato programa para organização e gestão dos eventos (175.000,00 euros):
 - Carnaval de Torres Vedras (100.000,00 euros);
 - Feira Rural (30.000 euros);
 - Be Fashion (10.000 euros);
 - Festival das Vindimas (35.000,00 euros);
- Contrato programa para a gestão do Mercado Municipal (170.000,00€);
- Contrato Programa para a gestão da Expotorres (40.000,00€);

Devido à não realização dos seguintes eventos, a empresa não recebeu os respetivos valores do contrato programa, apesar de se terem mantido muitas das despesas de estrutura, em particular os vencimentos:

- Carnaval de Verão (20.000,00 euros);
- Santa Cruz Ocean Spirit (190.000,00 euros);

Nicito
[Handwritten signature]
W

1.5.

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

Indicadores	2019	2020	2021
Autonomia Financeira	16,66%	-0,21%	21,50%
Solvabilidade	20,00%	-0,21%	27,39%
Cobertura de Imobilizado	34,07%	3,46%	48,09%
Liquidez Geral	0,60	0,34	0,69

Legenda

- Autonomia Financeira = Capital Próprio / Activo Líquido Total

- Solvabilidade = Capital Próprio / Passivo Total

- Indicador do Grau de Cobertura dos Ativos Fixos = Capitais Permanentes/Ativos Fixos

- Liquidez Geral = Activo corrente / Passivo corrente

Figura 6 – Principais indicadores Económicos e Financeiros

Em 2021, os Resultados antes de Impostos foram de 10.104,73 euros e os Resultados Líquidos do exercício da Promotorres E.M. foram positivos em 6.289,65 euros.

Relativamente à Situação Económico Financeira podemos referir o seguinte:

- Melhoria da autonomia financeira, que traduz uma diminuição da dependência financeira de capitais alheios;
- Melhoria da solvabilidade, o que traduz uma melhor capacidade de a empresa dissolver os seus compromissos em médio/longo prazo;
- Melhoria do rácio de cobertura de imobilizado, o que traduz uma melhor capacidade de os Capitais Permanentes da empresa financiarem os valores dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis;
- Aumento da liquidez geral, o que traduz uma melhoria na relação entre os bens e direitos de curto prazo, face às obrigações de curto prazo da empresa.

No cumprimento dos requisitos legais, confirma-se a inexistência de dívidas em mora ao Estado ou à Segurança Social.



1.6.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que o Resultado Líquido referente ao exercício de 2021, no valor de 6.289,65 euros, seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

1.7.

PERSPETIVAS FUTURAS

As atribuições da Promotorres EM estão bem definidas, consolidadas em vários contratos-programa estabelecidos com a Câmara Municipal de Torres Vedras: na área da Mobilidade, com a fiscalização do estacionamento e gestão das bicicletas de uso partilhado, Agostinhas; na organização de diversos eventos, como o Carnaval de Torres Vedras, a Feira de S. Pedro e o Santa Cruz Ocean Spirit, entre outros; na gestão do Mercado Municipal de Torres Vedras; ou na gestão da Expotorres, onde se integra o Mercado Abastecedor.

Importa recordar e reforçar que a pandemia provocada pela doença do coronavírus (COVID-19), condicionou de forma efetiva a atividade da Promotorres E.M., desde março de 2020 e até aos dias de hoje, tendo resultado na elevada quebra da atividade e como consequência da receita.

Para 2022, e apesar de o ano ter iniciado com restrições ao nível da pandemia e que teve como consequência a não realização do evento Carnaval de Torres Vedras tal como o conhecemos, aos dias de hoje é expectável que a atividade da empresa se aproxime do período pré pandémico, nas suas diversas atribuições e de acordo com os contratos-programa em vigor e de acordo com o documento “Instrumentos de Gestão Previsional 2022”, apresentado em Assembleia Geral em dezembro passado.

Na área da Mobilidade, a empresa procura seguir exemplos de cidades que apresentam soluções inovadoras e inteligentes, com o objetivo de melhorar a qualidade do espaço público para todos os que vivem, visitam ou trabalham na cidade. Pretende renovar e modernizar os equipamentos e o software de fiscalização de estacionamento. Também o Regulamento Municipal de Estacionamento, Cargas e Descargas foi alterado e apresentado e aprovado em Reunião de Câmara Municipal e em Assembleia Municipal, aguardando-se a publicação em Diário da República, o que permitirá a transferência para a Promotorres E.M. da emissão dos selos de residente e comerciante para a Promotorres. Está também a decorrer o processo de contratação que levará à instalação de 2 postos de carregamento de viaturas elétricas no estacionamento subterrâneo do Mercado Municipal.

Ao nível da Expotorres, e à data de apresentação do presente documento, o Centro de Vacinação e Testagem à Covid-19 está a ser desmantelado, libertando assim o pavilhão Multiusos para a sua habitual utilização. A Promotorres está a terminar uma proposta de Regulamento de utilização da Expotorres, fundamental à sua gestão. Está também a empresa a ultimar uma proposta de identidade gráfica do equipamento, que melhorará a identidade no espaço e será importante para a captação de novos eventos e, como consequência, obtenção de novas receitas.

Para o Mercado Municipal, é sabido que a câmara municipal está a desenvolver um projeto de reestruturação de alguns espaços. Da parte da Promotorres E.M., está a empresa a desenvolver um plano de atividades e de comunicação, ao longo de todo o ano, tendo sempre como foco a ocupação de todos os espaços comerciais, captando novos e diferenciadores operadores.

Na área dos Eventos, à data de apresentação do presente documento, já se realizou a primeira edição da Feira Rural de Torres Vedras, este ano com uma imagem e estruturas totalmente renovadas, prevendo-se a realização de todos os restantes eventos ao longo do ano.

A nível financeiro, e com o retomar de toda a atividade, pretende-se recuperar a estabilidade financeira da empresa, que já teve início em 2021, conforme mostra o presente documento. É também intenção de continuar na procura de novas fontes de

rendimento, como é exemplo a parceria estabelecida com a Caixa Agrícola de Torres Vedras para o Mercado Municipal, em setembro de 2021 e pelo período de 12 meses.

Para os Recursos Humanos da empresa, é fundamental a criação de um plano de formação ao longo do ano e o término e aprovação do Regulamento Interno, Plano de Carreiras e Sistema de Avaliação.

De destacar, e já este ano e no âmbito dos Bairros Comerciais Digitais, a Promotorres E.M. apresentou um conjunto de propostas à câmara municipal, no âmbito da sua atividade de gestão do Mercado Municipal e na área da Mobilidade:

- **MERCADO MUNICIPAL:**

- Criação de uma loja online:

Em versão site e/ou app (que permita ao cliente do mercado municipal a aquisição dos produtos 24h/dia. Esta proposta verifica-se pela necessidade de ir ao encontro dos “não clientes” deste equipamento, que no seu dia a dia não têm disponibilidade para fazer compras no mercado municipal devido ao horário que este equipamento pratica);

- Instalação de cacifos:

Exteriores e acessíveis 24h/dia, onde os operadores do Mercado Municipal disponibilizam as compras previamente encomendadas pelos seus clientes. Dada a tipologia dos produtos comercializados, alguns cacifos deverão ser refrigerados e de dimensões diferenciadas;

- Instalação de suportes digitais de comunicação:

Estes suportes permitirão prestar informações diversas aos clientes do mercado municipal, sobre campanhas de promoção, mas também sobre o plano de atividades do município. Serão igualmente importantes para publicitar as marcas parceiras do Mercado Municipal e propõe-se a sua instalação em todo o edifício, incluindo nos acessos e nos 2 pisos do parque de estacionamento subterrâneo);

- App com realidade aumentada:

Para fornecer informações sobre operadores, produtos, serviços e história do Mercado Municipal, mas também para que um assistente virtual efetue o acompanhamento do cliente, entre muitas outras possibilidades.

- MOBILIDADE:

- Parque de estacionamento subterrâneo do Mercado Municipal:

Modernizar o sistema de acesso pedonal e de veículos, de forma a permitir o acesso 24h/dia, de forma autónoma, permitindo desta forma uma maior rentabilização do equipamento;

Implementação de um sistema de identificação dos lugares livres e ocupados, com indicação da lotação no momento, no acesso exterior;

- Estacionamento nas ruas:

Aquisição de plataforma online que permita ao condutor, em tempo real, por exemplo, saber quais os lugares livres para estacionamento da sua viatura, entre outras funcionalidades para residentes e comerciantes. Esta plataforma permitirá a redução do tráfego na cidade, reduzindo a circulação automóvel na procura de lugar, mas também permitirá uma fiscalização do estacionamento mais eficaz;

- “Tokens” digitais:

Criação de um sistema que possa premiar os condutores mais fidelizados ao comércio tradicional, mercado municipal incluído, por exemplo com a oferta de estacionamento e descontos em equipamentos culturais.

Também como é do conhecimento público, a Câmara Municipal de Torres Vedras, acionista única da empresa municipal, irá levar a cabo um estudo sobre a Promotorres E.M., com o qual o Conselho de Administração concorda, estando a empresa municipal a colaborar desde o início de todo o processo. Como consequência desse mesmo estudo, poderão existir ajustes, seja na sua atividade e competências, seja ao nível dos recursos humanos ou do seu modelo de gestão.

Por fim, e não menos importante, importa referir a incerteza com que a Europa e o mundo se deparam. O conflito no leste da europa, além da questão humana, trouxe consequências ao nível dos preços das matérias primas e dos transportes, entre outros, com impacto global, não se prevendo à data de elaboração do presente relatório uma data para o término do conflito, nem a quantificação do impacto económico e humano.

2.

Nuno
[Signature]
h

ÁREA DOS EVENTOS

Em fevereiro de 2020, e para o período 2020-2023, foi celebrado com a Câmara Municipal um novo Contrato Programa para a organização e gestão dos seguintes eventos:

- Carnaval de Torres Vedras;
- Carnaval de Verão;
- Be Fashion Santa Cruz;
- Feira Rural;
- Feira de Viaturas Usadas;
- Feira da Saúde;
- Feira de S. Pedro;
- Santa Cruz Ocean Spirit;
- Festival das Vindimas.

Como alguns destes eventos não são geradores de receita, ou as receitas geradas, pela natureza do evento, não são suficientes para assegurar as despesas necessárias à realização do mesmo, é atribuído um subsídio à exploração no montante total de anual de 385.000 euros:

- Carnaval de Torres Vedras - 100.000,00 euros (cem mil euros);
- Carnaval de Verão - 20.000,00 euros (vinte mil euros);
- Be Fashion Santa Cruz - 10.000,00 euros (dez mil euros);
- Feira Rural - 30.000,00 euros (trinta mil euros);
- Festival das Vindimas – 35.000,00 euros (trinta e cinco mil euros);
- Santa Cruz Ocean Spirit – Festival Internacional de Desportos de Ondas 190.000,00 euros (cento e noventa mil euros).

Contudo, e devido à situação pandémica, só houve lugar à realização e ao pagamento de 175.000 euros relativos aos seguintes eventos:

- Carnaval de Torres Vedras (100.000,00 euros);
- Feira Rural (30.000 euros);
- Be Fashion (10.000 euros);
- Festival das Vindimas (35.000,00 euros).

2.1.

CARNAVAL DE TORRES VEDRAS

O Contrato Programa para Gestão e Organização dos Eventos, prevê a atribuição de 100.00.000 euros para o Carnaval de Torres Vedras.

A pandemia vivida desde março de 2020 impediu que o Carnaval de Torres Vedras fosse vivido e celebrado como sempre, na rua, junto de todos os foliões.

Em setembro de 2020, e numa decisão conjunta da Rede de Cidade do Carnaval do Centro, foi decidido que não se iriam realizar os tradicionais cursos nem eventos que potenciasssem a aglomeração de milhares de foliões.

Em outubro de 2020 foi lançado o tema, que contou com a participação de todas as associações carnavalescas, indiciando já o vídeo que o Carnaval teria que ser celebrado em segurança, provavelmente em casa.

Após reunião entre a referida Rede e a DGS, ficou a Promotorres EM de compilar as propostas programáticas dos vários carnavais que compõem a Rede e enviar à DGS para avaliação, o que aconteceu em meados de novembro. Foi submetido à DGS um conjunto de propostas, maioritariamente ações online, algumas das quais com várias versões, mediante a evolução pandémica.

Em dezembro, foi adjudicado o Monumento ao Carnaval, com o tema “A Máscara” e numa homenagem a todos os que estavam a trabalhar na primeira linha no combate à COVID-19.

Em janeiro de 2021, a situação pandémica de Torres Vedras e a nível nacional piorou drasticamente, com números elevados de infetados e mortes. Como se tratava de um mês preponderante para se decidir o que realizar para o evento, e após consulta das várias associações carnavalescas, foi tomada a decisão conjunta, com associações e Câmara Municipal, de não se realizar qualquer atividade festiva de Carnaval, mesmo que online. Face à decisão, a Promotorres realizou uma campanha de sensibilização, tendo os Reis do Carnaval como mensageiros, e, em conjunto com a Real Confraria do Carnaval de Torres, foram produzidos e disponibilizados vídeos nas plataformas online, que mostraram a vivência de Suas Altezas Reais, os Reis do Carnaval, nos dias do evento e em tempo de pandemia.

Na figura seguinte apresentam-se os resultados:

Carnaval	2019	2020	2021
RENDIMENTOS	800 753 €	891 490 €	107 657 €
GASTOS	761 214 €	848 447 €	151 397 €
RESULTADO	39 539 €	43 042 €	-43 740 €

Figura 7 - Evolução dos resultados

2.2.

FEIRA RURAL

A Feira Rural é também um dos eventos que fazem parte do Contrato Programa, sendo anualmente atribuído o valor de 30.000 euros.

Devido à situação pandémica, a primeira Feira Rural realizou-se em junho. A Promotorres E.M. teve em conta a legislação em vigor, a capacidade da empresa em realizar o evento nas condições impostas por lei, bem como o facto de se pretender dar um sinal positivo aos operadores do evento e seus clientes, com a retoma possível da normalidade. Face às condicionantes impostas pela legislação para os eventos no exterior, limite de capacidade e controlo de acessos, algo complexo de acontecer nas habituais ruas onde sempre se realizou o evento, realocalizou-se a feira rural na praça Dr. Alberto Avelino, decisão esta que teve a concordância dos operadores numa reunião realizada previamente.

Na figura seguinte apresentam-se os resultados:

Feira Rural	2019	2020	2021
RENDIMENTOS	30 037 €	0 €	30 000 €
GASTOS FEIRA RURAL	41 222 €	14 518 €	20 668 €
GASTOS FEIRA DE VERA0	0 €	0 €	897 €
RESULTADO	-11 185 €	-14 518 €	8 435 €

Figura 8 - Evolução dos resultados

2.3.

FEIRA DE SÃO PEDRO

A Feira de S. Pedro é um evento gerador de receita, não estando contemplada qualquer transferência no Contrato-Programa.

A decisão de se realizar a Feira de S. Pedro, foi tomada tendo em conta o calendário de desconfinamento apresentado pelo Governo, a legislação em vigor, a capacidade da empresa em realizar o evento nas condições impostas por lei, bem como o facto de se pretender dar um sinal positivo aos agentes económicos, em especial do concelho, bem como dar um sinal de uma relativa normalidade, essencial aos cidadãos.

Para o efeito, e à semelhança de todos os eventos realizados, foi elaborado um plano de contingência, o qual teve a validação da Proteção Civil de Torres Vedras e da autoridade de saúde local, de outra forma não se teria realizado a feira nem qualquer outro evento.

Face à indisponibilidade do pavilhão Multiusos, afeto ao combate ao COVID-19, e devido à ocupação temporária da zona dos restaurantes, foi tomada a decisão de não se integrar as Tasquinhas e os Restaurantes, bem como outras estruturas de maior dimensão de comida e bebida, para não potenciar também a aglomeração de pessoas.

O evento apresentou as condições adequadas no âmbito da pandemia, ao nível da prevenção, informação, sinalização e controlo de acessos aos diferentes recintos.

Em 2021, a Feira de S. Pedro realizou-se em 6 dias, de 29 de junho a 4 de julho, numa área total de 45.000m2, tendo sido dada prioridade aos agentes económicos do concelho de Torres Vedras.

O pavilhão Expo contou com 43 expositores, não tendo existido stands no centro das naves do pavilhão, devido à necessidade de garantir corredores de circulação com dimensões adequadas de acordo com as medidas previstas e anunciadas pelo Governo, no âmbito do combate à pandemia.

No exterior e em redor do pavilhão Expo, instalaram-se 31 expositores, 4 vendedores de faturas, 2 de pipocas e 1 de panquecas. A zona de vendedores tradicionais contou com 82 feirantes e a zona de divertimentos foi composta por 4 divertimentos de adulto, 3 de criança, 3 estruturas de jogos/tômbolas e 1 vendedor de faturas.

No âmbito da pandemia, e devido à passagem do município para Risco Elevado no dia 1 de julho, os divertimentos estiveram encerrados a partir do dia 2 de julho e os restantes espaços do evento passaram a encerrar às 21h. Por este motivo, e de forma a minimizar o elevado investimento efetuado pelos divertimentos que estiveram presentes no evento, sem tempo suficiente de recuperar o investimento feito, tomou a Promotorres a decisão conjunta com a Câmara Municipal de devolver os pagamentos efetuados por estes agentes. Decidiu também devolver aos restantes expositores e tradicionais, o valor proporcional das horas de evento não realizadas, comparativamente ao horário definido aquando do arranque do evento.

A Feira de S. Pedro 2021 recebeu a visita de cerca de 33.000 visitantes.

Na figura seguinte apresentam-se os resultados:

Feira São Pedro	2019	2020	2021
RENDIMENTOS	324 148 €	9 847 €	51 055 €
GASTOS	288 659 €	80 361 €	142 867 €
RESULTADO	35 489 €	-70 514 €	-91 811 €

Figura 9 - Evolução dos resultados

2.4.

FEIRA DE VIATURAS USADAS

A Feira das Viaturas Usadas é um evento para o qual, de acordo com o contrato programa, não está prevista a atribuição de subsídio anual.

A situação pandémica e a legislação permitiram o regresso da Feira de Viaturas Usadas, como habitual na Expotorres, e na primeira edição com acesso controlado e lotação limitada, devido à pandemia. Foi o primeiro evento a realizar-se em 2021.

O evento realizou-se de 28 de maio a 6 de junho, com a presença de 12 concessionários e 230 viaturas; e de 26 de novembro a 5 de dezembro, com a participação de 7 concessionários e 160 viaturas.

Na figura seguinte apresentam-se os resultados:

Feira de Viaturas Usadas	2019	2020	2021
RENDIMENTOS	16 250 €	0 €	14 198 €
GASTOS	14 631 €	10 021 €	14 118 €
RESULTADO	1 619 €	-10 021 €	80 €

Figura 10 - Evolução dos resultados

2.5.

BE FASHION

O Be Fashion realiza-se em Santa Cruz e é um dos eventos que integra o Contrato Programa, sendo anualmente atribuído o valor de 10.000 euros.

Previsto para junho, o evento foi cancelado devido ao mau tempo e realizou-se a 10 de julho.

A pandemia ainda afetou a realização do evento, o que obrigou ao controlo dos acessos e a uma lotação do espaço. De forma a potenciar o que de melhor Santa Cruz tem para oferecer, o cenário e beleza natural, o evento foi realocado para a praça Antero de Quental (Meia Laranja) e realizou-se ao final da tarde, com a presença de jovens modelos torrienses e de modelos nacionais conhecidos do grande público, que deram a conhecer as tendências primavera/verão de lojas e criadores locais.

Pela primeira vez o evento teve transmissão online nas plataformas da Promotorres E.M. e da câmara municipal.

Na figura seguinte apresentam-se os resultados:

BeFashion	2019	2020	2021
RENDIMENTOS	11 000 €	0 €	10 750 €
GASTOS	20 344 €	9 109 €	12 099 €
RESULTADO	-9 344 €	-9 109 €	-1 349 €

Figura 11 - Evolução dos resultados

2.6.

CARNAVAL DE VERÃO

Devido à situação de pandemia – COVID 19, decidiu a Promotorres EM, em conjunto com a Câmara Municipal de Torres Vedras, não realizar o evento.

No entanto, e apesar de não ter havido lugar à transferência do valor previsto em contrato-programa, a Promotorres EM apresenta gastos com pessoal e de estrutura, levando à apresentação de resultado negativo, inferior ao ano anterior, devido à realocação da percentagem de valores para outros eventos.

Na figura seguinte apresentam-se os resultados:

Carnaval de Verão	2019	2020	2021
RENDIMENTOS	21 500 €	0 €	0 €
GASTOS	35 848 €	25 281 €	2 583 €
RESULTADO	-14 348 €	-25 281 €	-2 583 €

Figura 12 - Evolução dos resultados

2.7.

FESTIVAL DAS VINDIMAS

O Festival das Vindimas integra o que integra o Contrato Programa, tendo-lhe sido atribuído o valor de 35.000 euros.

Em 2021, o Festival das Vindimas celebrou a sua 41.^a edição.

Depois de em 2020 e devido à pandemia o evento ter sido totalmente reformulado, indo ao encontro dos interesses das jovens torrienses, o evento contou com a participação de jovens *influencers* e decorreu nas plataformas digitais criadas para o efeito, assumindo também um novo nome, Festival das Vindimas – *Model Challenge*, modelo este que se repetiu em 2021 e que contou com a participação de 22 jovens torrienses, mais 4 que no ano anterior.

Foram produzidos 5 episódios, Final incluída, gravados em espaços relacionados com a vinha e o vinho e a hotelaria do concelho. Nos mesmos foram abordadas várias temáticas, como o território vitivinícola, saúde e bem-estar, nutrição, auto maquilhagem, desfile, fotografia e as redes sociais e os seus perigos.

A edição 2021 permitiu uma maior partilha e conhecimento entre candidatas, que ao longo das gravações dos 5 episódios estiveram presentes nos vários locais, ao contrário de 2020, devido à pandemia.

Presente nas várias plataformas digitais, Instagram, Facebook, Youtube e Tik Tok, os episódios contaram com mais de 31.000 visualizações.

A Final 2021 foi exibida no Centro de Artes e Criatividade, na presença das candidatas 2021. A anteceder, foi apresentado o documentário das 40 edições do Festival das Vindimas, tendo sido um excelente momento de partilha entre as candidatas de 2021 e algumas das Rainhas das Vindimas das 40 edições, presentes também na apresentação.

O Festival das Vindimas é uma organização da Câmara Municipal de Torres Vedras, com produção da Promotorres EM e apoio institucional das 13 juntas de freguesia do Concelho.

Na figura seguinte apresenta-se a evolução do número de participantes:

PARTICIPANTES VINDIMAS	
2018	56
2019	54
2020	18
2021	22

Figura 13 - Evolução de participantes

Na figura seguinte apresentam-se os resultados:

Vindimas	2019	2020	2021
RENDIMENTOS	43 450 €	45 837 €	44 057 €
GASTOS	72 214 €	51 401 €	48 330 €
RESULTADO	-28 764 €	-5 565 €	-4 273 €

Figura 14 - Evolução dos resultados

2.8.

SANTA CRUZ OCEAN SPIRIT

Devido à atual situação de pandemia – COVID 19, decidiu a Promotorres EM, em conjunto com a Câmara Municipal de Torres Vedras, não realizar o evento.

No entanto, e apesar de não ter havido lugar à transferência do valor previsto em contrato-programa, a Promotorres EM apresenta gastos com pessoal e de estrutura, levando à apresentação de resultado negativo, inferior ao ano anterior, devido à realocação da percentagem de valores para outros eventos.

Na figura seguinte apresentam-se os resultados:

Santa Cruz Ocean Spirit	2019	2020	2021
RENDIMENTOS	208 725 €	0 €	0 €
GASTOS	327 934 €	43 206 €	24 389 €
RESULTADO	-119 209 €	-43 206 €	-24 389 €

Figura 15 - Evolução dos resultados

2.9.

EVENTOS DIVERSOS

A Promotorres continua a prestar serviços de apoio logístico e de recursos humanos ao Gabinete de Produção de Eventos da Câmara Municipal, o qual é responsável por toda

a logística dos eventos da Câmara Municipal e do apoio à organização de eventos de outras entidades e da própria Promotorres E.M.

Em 2016 foi adquirida uma viatura que está afeta, em exclusivo, a esta atividade.

Na figura seguinte apresentam-se os resultados:

EVENTOS DIVERSOS	2019	2020	2021
DIVERSOS	1 250 €	-14 377 €	2 €
APOIO AS MONTAGENS	-20 800 €	-20 236 €	-6 187 €
IVECO	-7 470 €	-6 255 €	-7 938 €
TOTAL DE GASTOS	-27 021 €	-40 868 €	-14 124 €

Figura 16 - Evolução dos gastos

2.10.

COVID-19

Quanto às despesas decorrentes, de forma direta, com a pandemia de Covid-19, e considerando as medidas excepcionais, de prevenção, contenção e mitigação da referida pandemia, destacam-se os seguintes:

- Testagem de funcionários;
- Sinalética diversa no Mercado Municipal de Torres Vedras;
- Desinfecção do Mercado Municipal e Mercado Abastecedor;
- Desinfecção das bicicletas Agostinhas e bikestations;
- Recursos humanos para controlo de acesso e temperatura.

O que correspondeu a uma despesa extraordinária de 27.438 euros, em 2021 (36.555 euros em 2020).

3

Alcino
[Signature]
W

EQUIPAMENTOS

3.1.

MERCADO MUNICIPAL

3.1.1.

OCUPAÇÃO FIXA E EVENTUAL

O Mercado Municipal de Torres Vedras, com 11 anos, é um espaço de referência, não só em Torres Vedras, como na região, pela diversidade e qualidade dos seus produtos e do atendimento dos 53 Operadores que comercializam variados produtos, desde carne e peixe fresco, pão e bolos, frutos secos e rações, produtos de charcutaria, papelaria, mercearias gourmet, vinho, fruta e legumes, bares e produtos biológicos.

Existem ainda 8 espaços de venda ocasional no interior do Mercado onde se conta com a presença de agricultores do concelho e 10 espaços para vendedores ambulantes no exterior do Mercado (no espaço do Invernadeiro).

Em 2021, tal como em 2020, a Promotorres voltou a lançar um concurso para a ocupação dos espaços livres, esforço este que é contínuo.

Assim, no final de 2021, o Mercado Municipal contava com 69 espaços ocupados e 20 livres, resultado melhor comparativamente a 2020 e a 2018 e igual a 2019.

De destacar o novo operador “Garrafeira Venceslau” e a loja “Amor a Granel”. Também alguns operadores cujos espaços apresentam já sinais de desgaste, têm feito um esforço na melhoria da imagem do seu espaço e na diferenciação dos seus produtos.

Nas figuras seguintes apresenta-se a evolução da ocupação:

Lojas	2018		2019		2020		2021	
	Ocupados	Vazia	Ocupados	Vazia	Ocupados	Vazia	Ocupados	Vazia
Carnes	8	6	8	6	8	6	8	6
Bar	6	0	7	0	7	0	7	0
Papelaria	1	0	1	0	1	0	1	0
Mercearia	2	0	1	0	1	0	1	0
Outros	0	4	0	4	0	4	3	1
Total	17	10	17	10	17	10	20	7

Figura 17 - Evolução de ocupação de lojas

Bancas	2018		2019		2020		2021	
	Ocupados	Vazia	Ocupados	Vazia	Ocupados	Vazia	Ocupados	Vazia
Fruta	8	2	9	1	8	2	8	2
Legumes	10	2	11	1	9	3	10	2
Peixe	17	4	11	5	11	5	11	5
Frutos Secos	3	0	3	0	3	0	3	0
Pão e Bolos	5	2	3	0	3	0	3	0
Charcutaria	3	0	3	0	3	0	2	1
Flores	2	1	2	1	2	1	2	1
Diversos	2	1	10	2	9	3	10	2
Total	50	12	52	10	48	14	49	13

Figura 18 - Evolução de ocupação de Bancas

TOTAL	2018		2019		2020		2021	
	Ocupados	Vazia	Ocupados	Vazia	Ocupados	Vazia	Ocupados	Vazia
bancas e lojas	67	22	69	20	65	24	69	20

Figura 19 - Evolução de ocupação de Bancas

3.1.2.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A prioridade em 2021 continuou a ser o combate à pandemia, através da manutenção da sinalética, dos pontos de desinfeção de mãos com álcool gel, bem como os equipamentos de proteção individual e o controlo de acessos com lotação limitada, imposição de lei.

Quanto ao plano de atividades propriamente dito, a pandemia ainda não permitiu executar o plano desejado, contudo, o ano de 2021 apresentou mais atividades comparativamente a 2020, nomeadamente:

- Exposição “Jardim de Cravos”;

- Exposição “Todos eram Iguais perante a Lua”;
- Setembro, mês de Aniversário;
- Gravação de 1 episódio do Festival das Vindimas;
- Natal no Mercado Municipal.

Foram também instalados os seguintes serviços/equipamentos:

- Acesso à internet, gratuito e por WiFi, para operadores e clientes;
- Instalação de cacifos no exterior, de acesso 24h/dia – CTT.

Referência também para a parceria estabelecida entre a Promotorres E.M. e a Caixa Agrícola de Torres Vedras, para “banco oficial” do Mercado do Mercado de setembro de 2021 a agosto de 2022, que reflete o trabalho desenvolvido para a captação de novas receitas.

3.1.3.

ANÁLISE DE RESULTADOS (*)

Analisando o quadro seguinte, e tendo por base apenas os valores relativos ao Mercado Municipal, verifica-se uma tendência de melhoria dos resultados, que em 2021 é positivo, contrariando a tendência dos últimos anos.

Na figura seguinte apresentam-se os resultados:

MERCADO	2019	2020	2021
RENDIMENTOS	291 175 €	290 678 €	306 924 €
GASTOS	322 891 €	304 997 €	295 479 €
RESULTADO	-31 716 €	-14 319 €	11 445 €

Figura 20 - Evolução dos resultados

(*) De acordo com o Contrato Programa para exploração do Mercado Municipal, os valores referentes à Gestão do Parque do Mercado Municipal deverão ser considerados na análise de resultados do Mercado Municipal.

No entanto, e dado que deverão também ser considerados os valores relativos ao estacionamento subterrâneo, o resultado final continua negativo em 2021, apesar de ter melhorado consideravelmente.

Na figura seguinte apresentam-se os resultados:

MERCADO	2019	2020	2021
RENDIMENTOS DO MERCADO	291 175 €	290 678 €	306 924 €
RENDIMENTOS DO PARQUE MM	59 870 €	40 888 €	47 413 €
GASTOS DO MERCADO	322 891 €	304 997 €	295 479 €
GASTOS DO PARQUE MM	79 038 €	87 130 €	82 634 €
RESULTADO	-50 884 €	-60 561 €	-23 777 €

Figura 21 – Contrato Programa para Gestão do Mercado Municipal

3.2.

EXPOTORRES

A Expotorres – Parque Regional de Exposições de Torres Vedras, é o espaço de excelência onde se realizam as maiores feiras e exposições do concelho e da região. Com uma localização privilegiada na cidade ocupa uma área total de 70.000 m² e 5.800 m² de área coberta.

Em 2019 foi celebrado o primeiro Contrato Programa para gestão da Expotorres no valor de 40.000 euros. O Mercado Abastecedor, localizado nesta área, está desde essa altura também sob gestão da Promotorres E.M.

O ano de 2021 fica marcado pelas obras de reestruturação do Terminal Rodoviário, da responsabilidade da câmara municipal, mas também pela ocupação do pavilhão Multiusos com as infraestruturas de combate à pandemia.

A situação pandémica teve assim um forte impacto na gestão de todo o complexo, com o aumento considerável das despesas e uma redução das receitas.

A título de exemplo, e relativamente ao pavilhão Multiusos porque estava afeto ao combate à pandemia, a Promotorres E.M. apresentou uma despesa de água, luz e gás de 15.158,17€ e deixou de obter de receita de arrendamento cerca de 15.500€, tendo

por base interessados efetivos no arrendamento do pavilhão, somando assim um valor de prejuízo de 30.658,17€.

Município
[assinatura]
W

Relativamente ao pavilhão Expo, o mesmo foi cedido a diversas associações do concelho para realização de diversas atividades. Nas paredes exteriores deste pavilhão, foram instalados novos projetores LED.

À data de apresentação do presente relatório, está o Centro de Vacinação e Testagem à COVID-19 a ser desmantelado do pavilhão Multiusos, permitindo assim o regresso à atividade regular do equipamento.

Na figura seguinte apresentam-se os resultados:

EXPOTORRES	2019	2020	2021
RENDIMENTOS PAV EXPOTORRES	11 500 €	10 000 €	10 000 €
RENDIMENTOS PAV MULTIUSOS	31 903 €	34 721 €	10 000 €
RENDIMENTOS EXPOTORRES	16 088 €	10 000 €	10 100 €
RENDIMENTOS MERC ABASTECEDOR *	13 837 €	53 650 €	55 170 €
RENDIMENTOS TERMINAL RODOV *	0 €	19 954 €	14 046 €
TOTAL DOS RENDIMENTOS	73 327 €	128 324 €	99 316 €
GASTOS PAV EXPOTORRES	18 341 €	20 648 €	34 001 €
GASTOS PAV MULTIUSOS	27 537 €	26 362 €	31 082 €
GASTOS EXPOTORRES	38 886 €	40 518 €	42 241 €
GASTOS MERC ABASTECEDOR *	85 €	5 957 €	17 682 €
GASTOS TERMINAL RODOV *	0 €	10 148 €	8 206 €
TOTAL DOS GASTOS	84 848 €	103 632 €	133 211 €
RESULTADO	-11 521 €	24 692 €	-33 895 €

Nota: * Gestão do Mercado Abastecedor teve início em 2019

Figura 22 - Evolução dos resultados

3.3.

OUTROS SERVIÇOS EM EQUIPAMENTOS

A empresa mantém a prestação de serviços à câmara municipal, nomeadamente de apoio com assistentes operacionais nos seguintes locais: Edifício Multiusos da Câmara Municipal, Edifício dos Paços do Concelho, Parque Verde da Várzea, Parque do Choupal, Pavilhão da escola de S. Gonçalo, Biblioteca Municipal, Teatro-Cine, Museu Municipal, Centro de Interpretação do Castelo, Espaço Agualela, Azenha de Santa Cruz,

Torres Vedras LabCenter, Centro de Interpretação da Comunidade Judaica, Fábrica das Histórias, Loja do Cidadão, Posto de Turismo.

No ano de 2021, tal como em 2020 e devido à pandemia, houve um reforço de pessoal, em concreto com Assistentes Operacionais em diversos equipamentos municipais.

As prestações de serviços de 2021 registaram um resultado positivo de 24.829 euros, tendo em conta as requisições da Câmara Municipal até 31 de dezembro de 2021.

Na figura seguinte apresentam-se os resultados:

Gestão de equipamentos	2019	2020	2021
RENDIMENTO	197 190 €	178 111 €	209 593 €
GASTO	195 871 €	151 373 €	184 764 €
RESULTADO	1 319 €	26 738 €	24 829 €

Figura 23 - Evolução dos resultados

4.



GESTÃO INTEGRADA ESTACIONAMENTO

4.1.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

A implementação do Sistema Integrado de Gestão de Estacionamento (SIGE) permitiu disciplinar e promover o correto uso do espaço público no que concerne ao estacionamento, melhorar a mobilidade dos residentes e visitantes e estimular o uso de modos suaves de transporte, nomeadamente de bicicleta, de modo a contribuir para a melhoria da saúde e qualidade de vida, a redução de consumos energéticos e consequente poluição ambiental, com o objetivo máximo de alcançar uma mobilidade cada vez mais sustentável na cidade de Torres Vedras.

No âmbito SIGE a Promotorres, assumiu responsabilidade na gestão das Agostinhas (bicicletas urbanas), de 125 parcómetros existentes na cidade, na fiscalização do estacionamento tarifado e indevido, na via pública, na gestão de viaturas abandonadas na cidade de Torres Vedras, na gestão do Parque de Estacionamento do Mercado Municipal que oferece 202 lugares e do Parque de Estacionamento de Edifício Multisserviços da Câmara Municipal de Torres Vedras que oferece 319 lugares. Os parques subterrâneos, oferecem estacionamento rotativo e estacionamento em regime periódico sem reserva de espaço, pela qual foi implementada a possibilidade de inscrição e respetivo pagamento através de aplicação móvel (*App*) *Paysimplex*.

Atualmente, e desde 2020, é possível também efetuar o pagamento de estacionamento à superfície e nos dois parques subterrâneos (Câmara Municipal e Mercado Municipal) através de sistemas da Via Verde, sistemas estes implementados pela Promotorres E.M.



Os novos compromissos assumidos na área do estacionamento, resultado da concretização do quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público, levou a que a empresa municipal passasse a ter competências ao nível da instrução e da decisão de procedimentos das contraordenações rodoviárias por infrações leves de estacionamento, respetivos agravamentos da coimas e custas de processo. Contudo, no final do ano de 2021 é que o software ficou funcional e disponível, o STIAR (CTT).

O projeto de bicicletas urbanas de uso partilhado, Agostinhas, implementado em 2013, apresente agora o total de 21 bikestations em toda a cidade, mais 2 face a 2020, junto ao hospital SOERAD / estádio do SCU Torriense e junto ao Centro de Artes e Criatividade. Em 2021, foram 473 utilizadores registados um total de 11.397 utilizações (12.387 em 2020). Dado o pioneirismo do projeto Agostinhas, tendo sido dos primeiros projetos de bicicletas partilhadas no país e dada a evolução tecnológica dos sistemas, aos dias de hoje apresentam uma desatualização face aos sistemas que são implementados atualmente.

4.2.

RESUMO DE RESULTADOS

O ano de 2021 apresenta uma melhoria considerável dos resultados, passando novamente a positivo, comparativamente a 2020.

Comparativamente a 2020, regista-se uma melhoria de todos os Rendimentos relacionados com o estacionamento, concretamente nos parques subterrâneos, nos parcómetros e na fiscalização. O aumento considerável da Fiscalização é consequência da descentralização de competências, concretamente a instrução e a decisão de procedimentos das contraordenações rodoviárias por infrações leves de estacionamento, respetivos agravamentos da coimas e custos de processo. O rendimento das Agostinhas decresceu. Relativamente aos Gastos, no global também foram superiores face a 2020.

Assim, os Rendimentos apresentam uma subida de 64% e os Gastos uma subida de 10% face a 2020.

Handwritten signature and initials in blue ink.

De destacar que em 2021 foi estabelecido um contrato de manutenção dos parómetros, que permite um melhor funcionamento destes equipamentos, permitindo assim uma melhor rentabilização e uma melhor satisfação dos condutores, dado que reduziu consideravelmente o n.º de parómetros “fora de serviço”, o que levava à perda de receita, insatisfação e a reclamações por parte dos condutores.

Nas figuras seguintes apresenta-se o resultado económico para cada uma das infraestruturas:

MOBILIDADE	2019	2020	2021
RENDIMENTOS	869 187 €	639 431 €	1 050 175 €
GASTOS	677 268 €	725 485 €	804 548 €
RESULTADO	191 920 €	-86 054 €	245 626 €

Figura 24 – Evolução dos Resultados da Mobilidade

PARQUE CMTV	2019	2020	2021
RENDIMENTOS	45 469 €	28 081 €	28 307 €
GASTOS	42 961 €	49 911 €	46 278 €
RESULTADO	2 508 €	-21 830 €	-17 972 €

PARQUE MERCADO	2019	2020	2021
RENDIMENTOS	59 870 €	40 888 €	47 413 €
GASTOS	79 038 €	87 130 €	82 634 €
RESULTADO	-19 168 €	-46 242 €	-35 222 €

PARCÓMETROS	2019	2020	2021
RENDIMENTOS	521 074 €	333 385 €	421 447 €
GASTOS	65 809 €	76 937 €	167 713 €
RESULTADO	455 265 €	256 448 €	253 734 €

FISCALIZAÇÃO	2019	2020	2021
RENDIMENTOS	238 917 €	233 964 €	550 281 €
GASTOS	420 922 €	439 712 €	425 334 €
RESULTADO	-182 004 €	-205 748 €	124 947 €

AGOSTINHAS	2019	2020	2021
RENDIMENTOS	3 858 €	3 114 €	2 728 €
GASTOS	68 539 €	71 795 €	79 012 €
GASTOS MINI AGOSTINHAS	2 874 €	1 337 €	3 578 €
RESULTADO	-67 555 €	-70 018 €	-79 862 €

Descrição	Anual		
	2019	2020	2021
Parcómetros (estacionamento)			
N.º Total estacionamento exterior	1 124 416	801 679	1 029 460
Parcómetros - N.º Talões Emitidos	1 039 868	695 208	850 943
% total parcometros	92,5%	86,7%	82,7%
Paysimplex - N.º Pagamentos/estacionamentos	84 498	73 549	54 674
% total App Paysimplex	7,5%	9,2%	5,3%
Via Verde - N.º Pagamentos/estacionamentos	0	32 891	123 804
% total App Via Verde	0,0%	4,1%	12,0%
Tokens - Total Unid Vendidas	4 560	2 433	4 040
Tokens - N.º Comerciantes	50	31	39
Parque CM			
Nrº total entradas	77 958	49 355	53 796
N.º abertura cancela fora horário	18	6	12
Nrº bilhetes/rotação	33 949	16 425	13 670
% total entradas- Parque CM	43,5%	33,3%	25,4%
Via verde - N.º Entradas	0	3 989	8 882
% total entradas- Parque CM	0,0%	8,1%	16,5%
Via Verde - Nrº transações/pagamentos	0	3 215	9 550
N.º entradas Cartão Func./VIP/avença simples	16 984	11 785	14 371
% total entradas- Parque CM	21,8%	23,9%	26,7%
Avenças - N.º entradas avenças mensais	27 011	17 156	16 875
% total entradas- Parque CM	34,6%	34,8%	31,4%
Avenças - N.º entradas avenças MM	14	0	0
% total entradas- Parque CM	0,0%	0,0%	0,0%
N.º existente			
Avenças mensais (N.º vendas/pagamentos loja e paysimplex)	14	10	8
VIPs	0	0	0
N.º lugares parque (lugares físicos)	0	0	0
N.º Lugares disponíveis para estacionamento rotação	1 205	1 073	1 084
N.º estacionamento/veículos por lugar de rotação (rentabilidade dos lugares rotação)	1 248	1 144	1 144
Tempo médio duração estacionamento	2 424	2 222	2 222
Tempo médio duração estacionamento rotação (bilhete)	-29	5	-6
Tempo médio duração estacionamento rotação (via verde)	-2 383	-2 292	-2 012
Parque MM (ATENÇÃO: 1ª hora gratuita)			
Nrº total entradas	280 999	227 812	222 338
N.º abertura cancela fora horário	39	23	36
Nrº bilhetes/rotação	243 008	166 759	120 211
% total entradas - Parque MM	86,5%	73,2%	54,1%
Via verde - N.º Entradas	0	29 260	65 932
% total entradas - Parque MM	0,0%	12,8%	29,7%
Via Verde - Nrº transações/pagamentos	0	7 324	19 823
N.º entradas Cartão Func./VIP/avença simples	9 647	8 442	9 471
% total entradas - Parque MM	3,4%	3,7%	4,3%
Avenças - N.º entradas avenças mensais	17 162	13 266	16 689
% total entradas - Parque MM	6,1%	5,8%	7,5%
Avenças - N.º entradas avenças anuais (operadores MM)	11 182	10 085	9 753
% total entradas - Parque MM	4,0%	4,4%	4,4%
N.º existente			
Avenças mensais (N.º vendas/pagamentos loja e paysimplex)	11 182	10 158	10 108
Avenças anuais	0	0	0
VIPs	0	0	0
N.º lugares parque (lugares físicos)	668	593	597
N.º Lugares disponíveis para estacionamento rotação	312	286	282
N.º estacionamento/veículos por lugar de rotação (Rentabilidade lugares rotação)	948	869	869
Tempo médio duração estacionamento	3 828	3 509	3 509
Tempo médio duração estacionamento rotação (bilhete)	1 900	1 761	1 761
Tempo médio duração estacionamento rotação (via verde)	1 539	1 410	1 430

Handwritten signature and initials:
 [Signature]
 [Initials]

Fiscalização (Produção)	2019	2020	2021
Total Processos/Produção (STICO)	10 981	14 329	11 586
Avisos + Autos	12 720	15 569	10 739
Av. Reg. (dados SoftPark)	5 975	8 140	6 209
Avisos - Pagos (STICO - Estado: Arquivado, aviso pago)	3 994	4 262	3 943
Avisos - Não Pagos (evolui p Auto)	1 981	3 878	2 266
Processos Arquivados (STICO - Arquivado, Processo irregulares)	146	213	188
Autos (produção STICO)	6 745	7 429	4 530
Notificações (STICO)	3 619	8 738	9 013
Notificações pagas	2 840	5 985	4 717
Notificações não pagas	779	2 753	4 296
Notificações de dedições (STICO)	0	0	338
Notificações de decisão pagas	0	0	21
Veículos abandonadas	0	0	0
N.º Veículos identificados	110	74	90
N.º Veículos rebocados	22	4	8

Agostinhas	2019	2020	2021
Contratos existentes/ativos	796	619	473
N.º Utilizações/Empréstimos	21 057	12 387	11 397

Doutos	2019	2020	2021
Nº de Reclamações	457	1 590	2 128
Tempo médio de resposta (dias)	74	79	42
Apresentações de defesa	0	226	325

Figura 25 – Evolução da Mobilidade


Torres Vedras, 30 de março de 2022

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente do Conselho de Administração - Rui Penetra



Vogal – Sandra de Oliveira Pedro



Vogal – Nelson Laureano Oliveira Aniceto



5

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
Nicolas

Mucro

~~W~~
W

5.1

BALANÇO

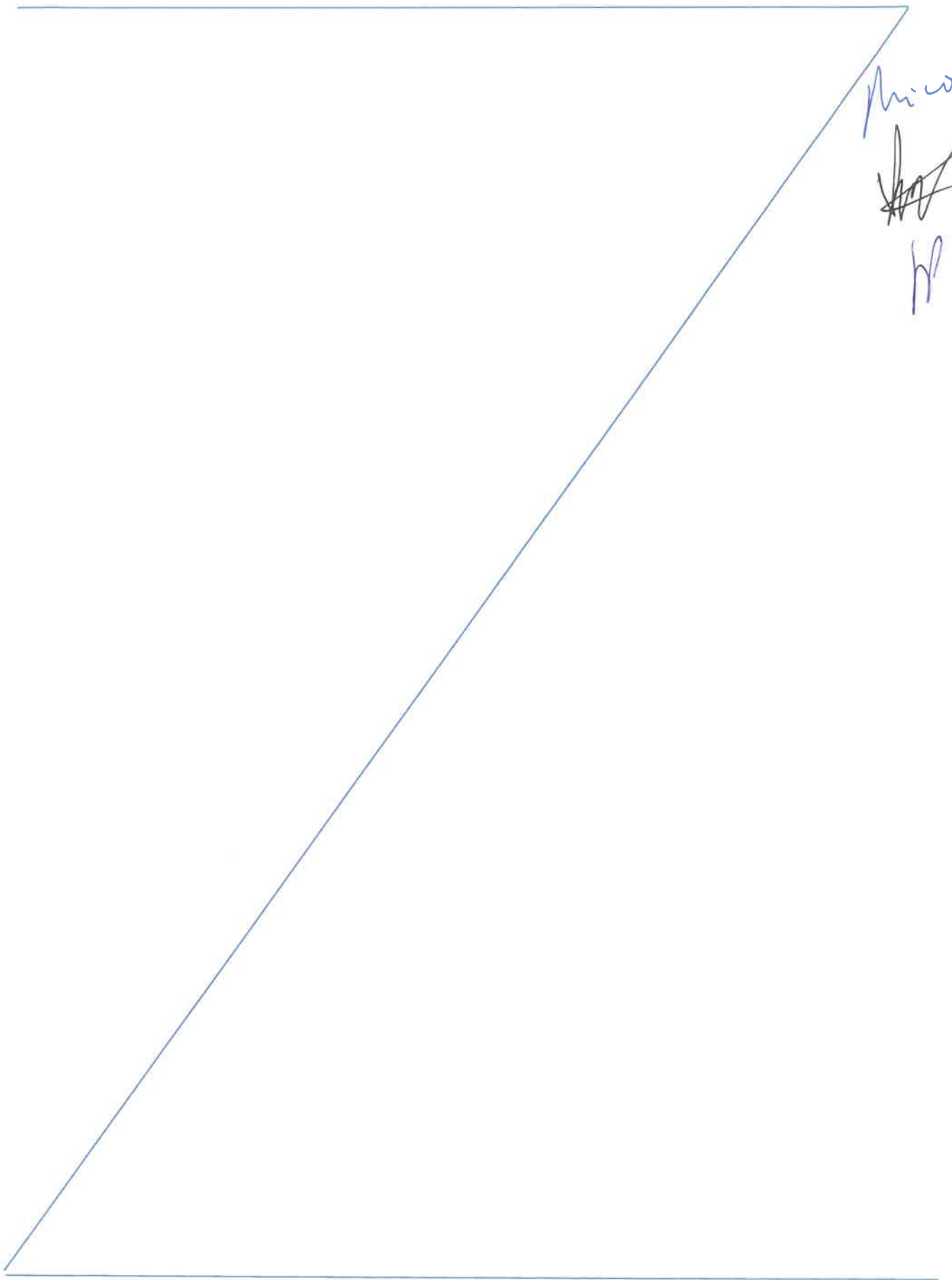
Promotorres, EM

Balanço Individual

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2021	2020
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	445 691,41	492 351,12
Activos intangíveis	8	71 363,91	87 427,12
Outros investimentos financeiros	9	15 139,36	12 043,82
		532 194,68	591 822,06
Activo corrente			
Inventários	10	38 134,29	24 278,52
Clientes	11	90 735,73	89 048,31
Outros créditos a receber	13	378 316,41	118 612,00
Diferimentos	14	23 934,48	39 307,35
Caixa e depósitos bancários	15	85 159,08	20 027,28
		616 279,99	291 273,46
Total do activo		1 148 474,67	883 095,52
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	16	250 000,00	250 000,00
Reservas legais	17	3 000,10	3 000,10
Resultados transitados	18	-31 852,10	-27 492,66
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	19	19 520,90	20 634,87
Resultado líquido do período		6 289,65	-248 021,66
Total do capital próprio		246 958,55	-1 879,35
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	20	8 990,41	17 145,56
Outras dívidas a pagar	21	4 892,58	5 190,53
		13 882,99	22 336,09
Passivo corrente			
Fornecedores	22	551 748,96	538 061,95
Adiantamentos de clientes	23	13,87	76,87
Estado e outros entes públicos	12	114 107,78	38 683,21
Financiamentos obtidos	20	8 150,26	8 002,64
Outras dívidas a pagar	21	213 612,26	276 371,02
Diferimentos	14		1 443,09
		887 633,13	862 638,78
Total do passivo		901 516,12	884 974,87
Total do capital próprio e do passivo		1 148 474,67	883 095,52

O Conselho de Administração

A Contabilista Certificada



Micro
~~Handwritten signature~~
HP

5.2

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

Promotorres, EM

Demonstrações dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Efeito	PERÍODOS	
			31.12.2021	31.12.2020
Vendas e serviços prestados	24	+	1 022 617,80	1 663 045,20
Subsídios à exploração	25	+	385 000,00	345 000,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-	-1 435,93	-10 197,37
Fornecimentos e serviços externos	26	-	-941 956,69	-1 394 978,64
Gastos com o pessoal	27	-	-921 731,18	-996 558,01
Imparidade de dividas a receber (perdas / reversões)	11	+ / -	388,40	-19 967,75
Outros rendimentos	28	+	553 375,43	250 461,57
Outros gastos	29	-	-16 302,47	-8 792,97
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		=	79 955,36	-171 987,97
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	30	+ / -	-69 502,21	-71 347,33
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		=	10 453,15	-243 335,30
Juros e gastos similares suportados	31	-	-348,42	-326,92
Resultado antes de impostos		=	10 104,73	-243 662,22
Imposto sobre o rendimento do período	32	- / +	-3 815,08	-4 359,44
Resultado líquido do período		=	6 289,65	-248 021,66

O Conselho de Administração

A Contabilista Certificada

Jandra de Oliveira Belo
Wilson Ricardo



~~Handwritten signature~~
Hiccup H

5.3

Luciano

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

Promotorres, EM

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

DESCRIÇÃO	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos/outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Saldos em 01.01.2020		250 000,00	3 000,10	-16 245,24	21 751,79	-48 310,05	210 196,60
Alterações no Período:							
Primeira adoção do novo referencial contábilístico		-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contábilísticas		-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização		-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização		-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	295,08	-	295,08
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	19	-	-	-	-1 412,00	-	-1 412,00
		-	-	-	-1 116,92	-	-1 116,92
Resultado Líquido do Período					-	-248 021,66	-248 021,66
Resultado Integral					-	-248 021,66	-249 138,58
Operações com detentores de capital próprio:							
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-
Realizações de prêmios de emissão		-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	37 062,63	-	-	37 062,63
Outras operações		-	-	-48 310,05	-	48 310,05	-
		-	-	-11 247,42	-	-199 711,61	-
Saldos em 31.12.2020		250 000,00	3 000,10	-27 492,66	20 634,87	-248 021,66	-1 879,35
Alterações no Período:							
Primeira adoção do novo referencial contábilístico		-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contábilísticas		-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização		-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização		-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	298,03	-	298,03
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	19	-	-	-	-1 412,00	-	-1 412,00
		-	-	-	-1 113,97	-	-1 113,97
Resultado Líquido do Período					-	6 289,65	6 289,65
Resultado Integral					-	6 289,65	5 175,68
Operações com detentores de capital próprio:							
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-
Realizações de prêmios de emissão		-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	243 662,22	-	-	243 662,22
Outras operações	18	-	-	-248 021,66	-	248 021,66	-
		-	-	-4 359,44	-	248 021,66	243 662,22
Saldos em 31.12.2021		250 000,00	3 000,10	-31 852,10	19 520,90	6 289,65	246 958,55

O Conselho de Administração

A Contabilista Certificada

[Assinatura]

[Assinatura]

*José de Oliveira Neto
Wilson Luciano*



~~Handwritten signature~~

W
pico

5.4

DEMONSTRAÇÃO FLUXOS CAIXA

Promotorres, EM

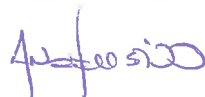
Demonstrações dos Fluxos de Caixa

UNIDADE MONETÁRIA (euro):

RUBRICAS	Notas	Efeito	PERÍODOS	
			2021	2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo	5			
Recebimentos de clientes		+	1 286 474,40	1 991 660,79
Pagamento a fornecedores		-	-1 225 509,39	-1 513 191,03
Pagamentos ao pessoal		-	-580 809,38	-629 545,65
Caixa gerada pelas operações		+ / -	-519 844,37	-151 075,89
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		- / +	-2 812,55	8 431,19
Outros recebimentos/pagamentos		+ / -	361 083,49	39 801,64
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-	-161 573,43	-102 843,06
Fluxos de caixa das actividades de investimento	5			
Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis		-	-5 505,50	-2 123,28
Activos intangíveis		-		-12 195,45
Investimentos Financeiros		-		-3 488,08
Outros ativos		-	-3 535,44	
Recebimentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis		+		
Activos intangíveis		+		
Investimentos Financeiros		+		230,24
Outros ativos		+	439,90	
Subsídios ao investimento		+		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		+ / -	-8 601,04	-17 576,57
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	5			
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos		+		28 424,72
Cobertura de prejuízos		+	243 662,22	37 062,63
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		-	-8 007,53	-10 530,87
Juros e gastos similares		-	-348,42	-299,14
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		+ / -	235 306,27	54 657,34
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		+ / -	65 131,80	-65 762,29
Efeito das diferenças de câmbio		+ / -	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		...	20 027,28	85 789,57
Caixa e seus equivalentes no fim do período		...	85 159,08	20 027,28

O Conselho de Administração

A Contabilista Certificada

João de Oliveira Pêgo
Wilson Aniceto



~~Handwritten signature~~
H
Picos

ANEXO DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1 Nota introdutória

A Empresa foi constituída em 26 de junho de 1997, tem a sua sede na Av. Tenente Coronel João Luís de Moura, Loja A, cave, em Torres Vedras e tem como atividade principal a Organização de Eventos e Gestão de Equipamentos.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) *Referencial contabilístico*

No ano de 2021 as demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS, anteriormente designadas por Normas Internacionais de Contabilidade) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e adotadas pela União Europeia (UE).

b) *Pressuposto da continuidade*

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Empresa continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

c) *Regime do acréscimo*

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Outros créditos a receber”, “Outras dívidas a pagar” e “Diferimentos”.

d) *Classificação dos ativos e passivos não correntes*

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

e) *Passivos contingentes*

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Tal como os passivos contingentes, os ativos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

f) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) *Eventos subsequentes*

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) *Derrogação das disposições do SNC*

Não existiram, no decorrer dos períodos a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação em contrário.

a) *Moeda funcional e de apresentação*

As demonstrações financeiras da Empresa são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados nas rubricas Juros e rendimentos similares obtidos e Juros e gastos similares

suportados, se relacionados com empréstimos ou em Outros rendimentos e ganhos ou Outros gastos e perdas, para todos os outros saldos e transações.

b) *Ativos fixos tangíveis*

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

- Edifícios e outras construções	- 20 a 100 anos
- Equipamento básico	- 6 a 20 anos
- Equipamento de transporte	- 8 anos
- Equipamento administrativo	- 6 a 20 anos
- Outros ativos fixos tangíveis	- 10 a 20 anos

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos", consoante se trate de mais ou menos valias.

c) *Ativos Intangíveis*

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido, quando aplicável, das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam por ela controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os ativos sem vida útil definida estão sujeitos a amortização, desde 01.01.2016, e a testes de perdas por imparidade, nos termos da NCRF 12 – Imparidade de Ativos.

A vida útil estimada para estes ativos é de 10 anos.



d) *Imposto sobre o rendimento*

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa é de 1,5%, bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2018 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão. Os documentos contabilísticos devem ser mantidos e conservados em boa ordem pelo prazo de doze anos, incluindo o processo de documentação fiscal.

Os prejuízos fiscais são reportáveis e suscetíveis de dedução aos lucros fiscais gerados em períodos futuros, nas condições previstas na legislação fiscal. O total dos prejuízos fiscais a abater à matéria coletável é de 237.300,57 euros, resultado do reporte dos prejuízos fiscais ocorridos em 2019 e 2020.

Nos casos em que não está definitivamente assegurada a sua reversibilidade, a Empresa optou por não registar nas suas demonstrações financeiras os impostos diferidos relacionados com as diferenças temporais entre o reconhecimento de rendimentos e gastos para fins contabilísticos e para fins de tributação, conforme definido na NCRF 25 – Impostos diferidos.

e) *Clientes e outros valores a receber*

As contas de Clientes e Outros créditos a receber não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas na demonstração de resultados na rubrica Imparidades de dívidas a receber, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

f) *Caixa, depósitos bancários e equivalentes de caixa*

Esta rubrica inclui Caixa, Depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica Financiamentos obtidos, expresso no Passivo corrente.

g) *Provisões*

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

É reconhecida uma Provisão quando exista uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado. O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Empresa reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa nessa data.

À data a que se reportam as demonstrações financeiras, a Empresa não reconheceu a existência de quaisquer obrigações que pudessem conduzir à criação de Provisões.

h) *Fornecedores e outras dívidas a pagar*

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

i) *Rédito e regime do acréscimo*

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e pelas prestações de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data das vendas ou das prestações dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

j) *Locações*

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 3.b) acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

k) Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados com o desenvolvimento de eventos e gestão de equipamentos, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incursos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis estão registados em capitais próprios, na rubrica Outras Variações nos capitais próprios e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

4 Alterações de políticas e de estimativas contabilísticas e erros

Não foram adotadas quaisquer normas ou interpretações novas ou revistas durante o período findo em 31 de dezembro de 2021, não ocorreram quaisquer alterações voluntárias de outras políticas contabilísticas, nem se verificaram alterações nas estimativas contabilísticas.

5 Fluxos de caixa

Os componentes de caixa e seus equivalentes, no período findo em 31 de dezembro de 2021 e no final do ano transato, eram, conforme relevado na Demonstração dos Fluxos de Caixa, eram os seguintes:

	31 dez 2021	31 dez 2020
Numerário	222,08	275,00
Depósitos bancários	84 937,00	19 752,28
Caixa e depósitos bancários	85 159,08	20 027,28

6 Partes relacionadas

A Empresa é detida em 100% pela empresa-mãe Câmara Municipal de Torres Vedras.

As informações relativas a saldos e transações com as partes relacionadas estão inseridas nas notas que se seguem, quando existam, bem como na nota 33.

7 Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos Ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, no período findo a 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foi o seguinte:

31 de dezembro 2021

Rubricas	Saldo Inicial janeiro 2021	1	Reavaliação ajustamentos	Aquisições / Dotações	Abates	Transferênc.	Saldo Final 31 dezembro 2021
Ativo bruto							
Edifícios e outras construções	417 501,00						417 501,00
Equipamento básico	379 372,12			2 850,00			382 222,12
Equipamento de transporte	81 300,00						81 300,00
Equipamento administrativo	82 862,89						82 862,89
Outros ativos fixos tangíveis	173 067,99			3 929,29			176 997,28
Investimentos em curso							
Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis							
Total	1 134 104,00		0,00	6 779,29	0,00	0,00	1 140 883,29
Amortizações e depreciações acumuladas							
Edifícios e outras construções	155 093,64			17 357,79			172 451,43
Equipamento básico	199 859,07			22 175,31			222 034,38
Equipamento de transporte	68 708,28			4 541,72			73 250,00
Equipamento administrativo	78 257,26			1 477,90			79 735,16
Outros ativos fixos tangíveis	139 834,63			7 886,28			147 720,91
Investimentos em curso							
Total	641 752,88		0,00	53 439,00	0,00	0,00	695 191,88
	492 351,12						445 691,41

31 de dezembro 2020

Rubricas	Saldo Inicial janeiro 2020	1	Reavaliação ajustamentos	Aquisições / Dotações	Abates	Transferênc.	Saldo Final 31 dezembro 2020
Ativo bruto							
Edifícios e outras construções	415 377,72			2 123,28			417 501,00
Equipamento básico	379 372,12						379 372,12
Equipamento de transporte	81 300,00						81 300,00
Equipamento administrativo	82 862,89						82 862,89
Outros ativos fixos tangíveis	170 284,99			2 783,00			173 067,99
Investimentos em curso							
Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis							
Total	1 129 197,72			4 906,28	22 500,00		1 134 104,00
Amortizações e depreciações acumuladas							
Edifícios e outras construções	137 806,62			17 287,02			155 093,64
Equipamento básico	173 830,10			26 028,97			199 859,07
Equipamento de transporte	63 708,28			5 000,00			68 708,28
Equipamento administrativo	76 321,80			1 935,46			78 257,26
Outros ativos fixos tangíveis	132 096,63			7 738,00			139 834,63
Investimentos em curso							
Total	583 763,43			57 989,45			641 752,88
	545 434,29						492 351,12

8 Ativos Intangíveis

O movimento ocorrido nos Ativos intangíveis e respectivas depreciações, no período findo a 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foi o seguinte:

31 de dezembro 2021

Rubricas	Saldo Inicial 1 janeiro 2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferênc.	Perdas por imparidade	Saldo Final 31 dez 2021
Ativo bruto						
Programas de computador	24 915,00					24 915,00
Outros ativos intangíveis	119 100,00					119 100,00
Adiantamentos por conta de ativos fixos intangíveis						
Total	144 015,00					144 015,00
Amortizações e depreciações acumuladas						
Programas de computador	1 448,00	4 153,33				5 601,33
Outros ativos intangíveis	55 139,88	11 909,88				67 049,76
Total	56 587,88	16 063,21				72 651,09
	87 427,12					71 363,91

31 de dezembro 2020

Rubricas	Saldo Inicial 1 janeiro 2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferênc.	Perdas por imparidade	Saldo Final 31 dez 2020
Ativo bruto						
Programas de computador		24 915,00				24 915,00
Outros ativos intangíveis	119 100,00					119 100,00
Adiantamentos por conta de ativos fixos intangíveis						
Total	119 100,00	24 915,00				144 015,00
Amortizações e depreciações acumuladas						
Programas de computador		1 448,00				1 448,00
Outros ativos intangíveis	43 230,00	11 909,88				55 139,88
Total	43 230,00	13 357,88				56 587,88
	75 870,00					87 427,12

9 Outros Investimentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, esta rubrica incluía os seguintes investimentos:

	31-dez-2021	31-dez-2020
Fundo de Compensação do Trabalho	15 139,36	12 043,82
Perdas por imparidade acumuladas		
	15 139,36	12 043,82

10 Inventários

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	31 dez 2021		31 dez 2020	
	Mercadorias	Total	Mercadorias	Total
Saldo inicial	24 278,52	24 278,52	17 742,22	17 742,22
Compras	6 645,10	6 645,10	18 296,68	18 296,68
Regularizações	8 646,60	8 646,60	-1 563,01	-1 563,01
Saldo final	38 134,29	38 134,29	24 278,52	24 278,52
Custo da mercadoria vendida	1 435,93	1 435,93	10 197,37	10 197,37

11 Clientes

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31 dez 2021		31 dez 2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Clientes conta corrente		90 735,73		89 048,31
Clientes de cobrança duvidosa		61 100,55		95 948,20
		151 836,28		184 996,51
Perdas por imparidade acumuladas		-61 100,55		-95 948,20
		90 735,73		89 048,31

	31 dez 2021		31 dez 2020	
	Clientes Gerais	Grupo e Relacionadas	Clientes Gerais	Grupo e Relacionadas
Clientes conta corrente	63 117,61	27 618,12	49 772,39	39 275,92
Clientes de cobrança duvidosa	61 100,55		95 948,20	
	124 218,16	27 618,12	145 720,59	39 275,92

A empresa tem feito um esforço na cobrança das dívidas, não se registrando em 2021, novas perdas por imparidade. Os movimentos registados em imparidades de clientes foram os seguintes:

	31 dez 2021	31 dez 2020
Saldo inicial	95 948,20	75 980,39
Aumentos		21 053,48
Reversão	-388,40	-1 085,67
Regularizações	-34 459,25	
Saldo final	61 100,55	95 948,20 €

12 Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica “Estado e outros entes públicos”, no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31 dez 2021	31 dez 2020
Activo		
Imposto sobre o rendimento		
Retenção de impostos sobre rendimentos		
Imposto sobre o valor acrescentado		
Outros impostos		
Contribuições para a Segurança Social		
Tributos das autarquias locais		
Outras tributações		
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	2 165,08	2 812,55
Retenção de impostos sobre rendimentos	4 430,70	4 305,13
Imposto sobre o valor acrescentado	18 346,44	14 548,68
Outros impostos		
Contribuições para a Segurança Social	15 693,93	17 016,85
Tributos das autarquias locais		
Outras tributações	73 471,63	
	114 107,78	38 683,21

13 Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a rubrica “Outros créditos a receber” tinha a seguinte composição:

	31-dez-2021		31-dez-2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores c/c		1 140,27		
Pessoal		1 522,52		
Devedores por Acréscimos		365 449,53		108 597,24
Outros devedores		10 204,09		10 014,76
Subsídio ao Investimento				
		378 316,41		118 612,00
Perdas por imparidade acumuladas				
		378 316,41		118 612,00

O montante da conta Devedores por acréscimos de rendimentos inclui os Autos de Contraordenação e agravamentos, que não foram recebidos até 31 de dezembro de 2021, mas cujas infrações foram cometidas no ano de 2020, no valor de 178.276,00 euros e no ano de 2021, no valor de 185.865,00 euros.

14 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os saldos da rubrica "Diferimentos", no ativo e no passivo, foram os que se segue:

	31 dez 2021	31 dez 2020
Activo		
Seguros	4 938,64	2 871,46
Outros gastos a reconhecer:		
Carnaval ano seguinte	13 724,00	5 516,68
Sinalética horizontal		26 950,00
Outros	5 271,84	3 969,21
	23 934,48	39 307,35
Passivo		
Outros rendimentos a reconhecer:		
Kit Carnaval ano seguinte		
Ocupação mensal operadores Mercado ano seguinte		
Avença mensal parques estacionamento ano seguinte		1 443,09
Outros rendimentos a reconhecer		
		1 443,09

15 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31 dez 2021	31 dez 2020
Caixa	222,08	275,00
Depósitos à Ordem	84 937,00	19 752,28
Depósitos a Prazo	0,00	0,00
	85 159,08	20 027,28

16 Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2021 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, tem o valor de 250.000,00 euros.

Participação no capital subscrito e realizado das pessoas coletivas que, em 31 de dezembro de 2021, nele detêm pelo menos 20%:

. CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS 100,00%

17 Reservas legais

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Não houve, em 2021, qualquer movimento nesta rubrica.

18 Resultados transitados

Em 2020 o resultado líquido foi negativo no valor 248.021,66 euros. Em conformidade com o artigo 40º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, o acionista único, Câmara Municipal de Torres Vedras, efetuou a transferência de 243.662,22 euros, valor do resultado antes de impostos desse ano, para cobrir os prejuízos e para a manutenção do equilíbrio financeiro da Empresa, conforme a deliberação da Assembleia Geral que aprovou as contas do período findo em 31 de dezembro de 2020. O restante prejuízo, no montante de 4.359,44 euros, foi transferido para a rubrica de Resultados transitados.

A rubrica de Resultados transitados inclui igualmente resultados de outros anos anteriores que lhe foram destinados, de acordo com as decisões da Assembleia Geral.

19 Ajustamentos/outras variações no capital próprio

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 os saldos desta rubrica apresentavam-se da seguinte forma:

	31 dez 2021	31 dez 2020
Subsídios	24 710,00	26 122,00
Ajustamento em subsídios	-5 189,10	-5 487,13
	19 520,90	20 634,87 €

Investimento			
Valor de aquisição	Amortiz. e dep. do período	Amortiz. e dep. acumulada	Valor líquido
38 642,80	1 932,14	4 830,35	33 812,45

Subsídio ao Investimento			
% Subsídio	Valor recebido	Amortiz e dep. acumulada	Valor líquido
80%	28 240,00	3 530,00	24 710,00

Imposto diferido		
Valor estimado	Amortiz e dep. acumulada	Valor líquido
5 932,03	742,93	5 189,10

O valor registado nesta rubrica diz respeito ao contrato de concessão de apoio financeiro Aviso 21 – Administração Pública Eficiente, assinado com o Fundo de Eficiência Energética, que tem como objetivo reduzir o consumo de energia do edifício do Mercado Municipal.

Aquando do seu registo inicial, o subsídio prefigura um aumento nos benefícios económicos durante o período contabilístico que resulta em aumento do capital próprio. Porém, e uma vez que os subsídios estão sujeitos a tributação, o aumento do capital apenas se circunscreve à quantia do subsídio, deduzida da quantia do imposto que lhe está associado.

Em cada um dos períodos subsequentes em que o subsídio é reconhecido como rendimento nas demonstrações dos resultados, é também reconhecido o correspondente imposto.

20 Financiamentos Obtidos

Em 2020 a empresa contraiu dois mútuos para financiamento da aquisição e instalação da central de deteção de incêndios do Pavilhão Multiusos e da implementação de software de EDI e faturação eletrónica.

No final do ano de 2021 e de 2020, eram estes os valores em dívida:

	31 dez 2021		31 dez 2020	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Locações financeiras				
Empréstimos Bancários	8 990,41	8 150,26	17 145,56	8 002,64
Outros				
	8 990,41	8 150,26	17 145,56	8 002,64

O software EDI e faturação eletrónica mencionado, foi adquirido com recurso a crédito bancário. Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa utilizava o seguinte tipo de ativos fixos adquiridos com recurso a financiamento bancários:

Bens adquiridos c/ recurso a crédito	Custo Aquisição	Depreciações	Valor Líquido
Equipamento Básico	13 194,53	3 436,08	9 758,45
Programa Informático	9 915,00	2 892,45	7 022,55
	23 109,53	6 328,53	16 781,00

Em 31 de dezembro de 2021, os planos de reembolso da dívida da Empresa, referentes a financiamentos bancários, detalham-se como segue:

Plano de Reembolso	Capital	Juros	Total
Menos de 1 ano	8 150,26	229,69	8 379,95
Mais de 1 ano	8 290,89	88,93	8 379,82
Mais de 2 ano	699,52	1,49	701,01
	17 140,67	320,11	17 460,78

21 Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a rubrica "Outras dívidas a pagar", não corrente e corrente, tinha a seguinte composição:

	31 dez 2021		31 dez 2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Cientes conta corrente		1 602,00		
Credores por acréscimo de gastos		145 537,28		217 200,29
Outras dívidas a pagar		66 176,46		58 874,13
Imposto do subsídio ao investimento FEE	4 892,58	296,52	5 190,53	296,60
	4 892,58	213 612,26	5 190,53	276 371,02

	31 dez 2021		31 dez 2020	
	Contas Gerais	Grupo e Relacionadas	Contas Gerais	Grupo e Relacionadas
Cientes conta corrente	1 602,00			470,57
Credores por acréscimo de gastos	145 537,28		216 729,72	
Outras dívidas a pagar	66 176,46		58 874,13	
Imposto do subsídio ao investimento FEE	5 189,10		5 487,13	
	218 504,84		281 090,98	470,57

Os montantes mais relevantes em Credores por acréscimos de gastos respeitam às seguintes situações:

- estimativa de férias e subsídio de férias, direitos adquiridos ainda não pagos, que ascendem a 109.480,86 €;
- as rendas do terreno denominado Cerca de Santa Maria, no valor de 10.000,00 euros correspondente a 8 meses de 2021;

De Outras dívidas a pagar salientam-se os seguintes casos:

- 65.422,47 euros respeitam à dívida ao IGCP (35% dos valores recebidos de ACO), sendo que 9.026,50 euros correspondem ao ano de 2021.

Ao contrário do que se pressupôs em 2019, o resultado da concretização do quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento

público, que o Município de Torres Vedras atribuiu à Promotorres, não extinguiu completamente as comparticipações para a ANSR nem para o IGCP. Estas comparticipações deixaram de incidir sobre o total de contra-ordenações (10% para ANSR e 35% para IGCP), e passaram a incidir sobre as ACO graves. Simultaneamente, passou a existir uma repartição aos ACO leves entre Município e forças de segurança (GNR e PSP).

22 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31 dez 2021		31 dez 2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores conta corrente		551 748,96		538 061,95
		551 748,96		538 061,95

	31 dez 2021		31 dez 2020	
	Fornecedores Gerais	Grupo e Relacionadas	Fornecedores Gerais	Grupo e Relacionadas
Fornecedores conta corrente	410 645,01	141 103,95	380 994,38	157 067,57
	410 645,01	141 103,95	380 994,38	157 067,57

23 Adiantamentos de clientes

Nesta rubrica estão registados os adiantamentos efetuados por clientes por conta de vendas.

24 Vendas e serviços prestados

A rubrica "Vendas e prestações de serviços" nos anos de 2021 e de 2020, foram como se segue:

	31 dez 2021			31 dez 2020		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	6 822,83		6 822,83	15 468,24		15 468,24
Prestações de serviços	1 015 794,97		1 015 794,97	1 647 576,96		1 647 576,96
	1 022 617,80		1 022 617,80	1 663 045,20		1 663 045,20

25 Subsídios à exploração

No período de 2021 e de 2020 a Empresa reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios:

	31 dez 2021	31 dez 2020
CP Mercado Municipal	170 000,00	170 000,00
CP Carnaval	100 000,00	100 000,00
CP Befashion	10 000,00	
CP Vindimas	35 000,00	35 000,00
Mercado Abastecedor	10 000,00	10 000,00
Expotorres	10 000,00	10 000,00
Pavilhão Multiusos	10 000,00	10 000,00
Pavilhão Expo	10 000,00	10 000,00
Feira Rural	30 000,00	
	385 000,00	345 000,00

Os montantes registados nesta rubrica dizem respeito aos contratos programa celebrados com a Câmara Municipal de Torres Vedras, para apoio nos eventos realizados pela Empresa, exploração do Mercado Municipal e gestão dos edifícios e área exterior da Expotorres e Mercado Abastecedor.

26 Fornecimentos e Serviços Externos

A decomposição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

	31 dez 2021	31 dez 2020
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	117 575,28	322 335,26
Publicidade e propaganda	40 146,18	59 435,98
Vigilância e segurança	46 478,54	124 029,12
Honorários	121 597,52	106 464,99
Comissões	4 575,80	
Conservação e reparação	116 534,24	94 420,83
Serviços bancários	1 362,09	
Outros		5 346,78
Materiais	107 383,69	284 106,70
Energia e fluídos	123 349,60	78 655,25
Deslocações, estadas e transportes	1 383,61	2 994,38
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	42 028,56	114 829,92
Comunicação	105 113,64	84 003,66
Seguros	12 590,54	9 270,19
Contencioso e notariado	1 276,00	
Despesas de representação	964,62	
Limpeza, higiene e conforto	99 596,78	108 170,33
Outros serviços		915,25
	941 956,69	1 394 978,64

A rubrica de fornecimentos e serviços externos registou uma diminuição de 32%, devido ao sobretudo à diminuição dos custos decorrentes dos eventos, que não foram realizados.

27 Gastos Com Pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos anos de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

	31 dez 2021	31 dez 2020
Remunerações dos órgãos sociais	51 928,32	51 871,60
Remunerações do pessoal	648 539,69	715 106,10
Benefícios pós-emprego	1 931,88	
Encargos sobre remunerações	149 591,06	166 667,13
Seguros	11 473,78	12 290,76
Outros gastos com o pessoal	58 266,45	50 622,42
	921 731,18	996 558,01

O número médio de empregados da Empresa no período de 2021 foi de 54 e em 2020 foi de 57.

Na rubrica “Outros gastos com o pessoal” encontram-se registados gastos, nomeadamente, com formação (1.919,25 euros), fardamento (7.070,90 euros), seguro de saúde (24.204,46 euros), despesas relacionadas com o COVID-19 (3.600,05 euros) e comparticipação para o SNS (18.480,84 euros).

28 Outros rendimentos

Os “Outros rendimentos e ganhos” nos períodos de 2021 e de 2020, foram como se segue:

	31 dez 2021	31 dez 2020
Rendimentos suplementares	30 502,23	32 402,03
Descontos de pronto pagamento obtidos		6,83
Ganhos em inventários		743,40
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		1 277,00
Outros rendimentos e ganhos	522 873,20	216 032,31
	553 375,43	250 461,57

Na rubrica rendimentos suplementares encontram-se registados ganhos provenientes do arrendamento dos espaços existentes na Praça Senhor Vinho (Mercado Municipal) e no Terminal Rodoviário.

O valor dos Autos de Contra-ordenação cujas infrações foram cometidas durante 2021, não recebidos até ao dia 31 de dezembro, foi de 185.865,00 euros, conforme mencionado na nota 13 deste anexo.

29 Outros gastos

Os “Outros gastos e perdas”, nos períodos de 2021 e de 2020, foram como se segue:

	31 dez 2021	31 dez 2020
Impostos	940,36	934,01
Gastos e perdas nos restantes ac financeiros		0,57
Gastos e perdas investimentos não financeiros	7,51	776,01
Outros gastos e perdas:		
Correções relativas a períodos anteriores	12 253,94	5 139,30
Ofertas e amostras de inventário	293,08	688,38
Outros gastos e perdas	2 807,58	25,01
	16 302,47	7 563,28

30 Gastos/Reversões de depreciação e de amortização

Nos anos de 2021 e de 2020, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como se segue:

	31 dez 2021			31 dez 2020		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento						
Ativos fixos tangíveis	53 439,00		53 439,00	57 989,45		57 989,45
Ativos intangíveis	16 063,21		16 063,21	13 357,88		13 357,88
	69 502,21		69 502,21	71 347,33		71 347,33

31 Resultados de operações de financiamento

Os “Juros e gastos similares suportados”, decorrentes de operações de financiamento, decompunham-se do seguinte modo nos períodos de 2021 e de 2020:

	31 dez 2021	31 dez 2020
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros de financiamentos concedidos		
Juros de outros financiamentos concedidos		
Juros e gastos similares suportados		
Juros de financiamentos obtidos	348,42	326,92
Outros gastos e perdas de financiamento	348,42	326,92
Resultados das operações de financiamento	348,42	326,92

32 Imposto sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento dos períodos de 2021 e de 2020, decompõe-se do seguinte modo:

	31 dez 2021	31 dez 2020
Imposto sobre o rendimento		
Imposto corrente	3 815,08	4 359,44
Imposto diferido		
	3 815,08	4 359,44

	31 dez 2021		31 dez 2020	
	Imp. Corrente	Imp. Diferido	Imp. Corrente	Imp. Diferido
Demonstração da taxa efectiva de imposto				
Resultados antes de impostos	10 104,73		-243 662,22	
Variações nos capitais próprios				
Diferenças fiscais definitivas	26 978,18		19 145,18	
Diferenças fiscais temporárias				
Reporte de prejuízos				
Lucro tributável / Prejuízo Fiscal	37 082,91		-224 517,04	
Prejuízos fiscais deduzidos	-29 666,33			
Retenções na fonte	-1 650,00			
Colecta	1 557,48			
Benefícios fiscais				
Resultado da liquidação	-92,52			
Derrama	556,24			
Derrama estadual				
Tributações autónomas	1 701,36		4 359,44	
Imposto sobre o rendimento do período	2 165,08		4 359,44	
Taxa média efectiva de imposto	21,43%		-1,79%	

33 Partes Relacionadas

As transações nos períodos e os saldos entre a Empresa e as empresas relacionadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, são apresentados no quadro que segue:

Transacções	31 dez 2021	31 dez 2020
Vendas	693,57	11,79
Prestações de serviços	225 981,71	244 042,18
Subsidios	385 000,00	345 000,00
Serviços adquiridos	34 062,46	22 026,91
Juros	846,80	204,88
Saldos	31 dez 2021	31 dez 2020
Contas a receber	27 618,12	39 275,92
Contas a pagar	177 608,58	157 067,57

Os termos e condições praticadas entre a Empresa e as partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

34 Eventos subsequentes

A 24 de fevereiro, após o encerramento do período, verificou-se a invasão do território da Ucrânia pelas tropas do exército da Rússia. A Invasão da Ucrânia marcou o início do período mais negro na Europa desde a II Guerra, traduzindo-se no agravamento, a nível nacional e internacional, das condições económico-financeiras, com um aumento generalizado dos preços e na escassez de alguns produtos e matérias primas e também das condições humanitárias com os muitos deslocados e refugiados de guerra.

A Promotorres não será alheia à crise económica, que se avizinha tanto em Portugal, como no resto do mundo e à incerteza quanto ao desenrolar e ao desfecho desta guerra, mas irá dentro do possível, tentar antecipar possíveis constrangimentos provocados pela instabilidade que vivemos.

Após o encerramento do período e, até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão em 30 de março 2022.

35 Situação pandémica provocada pelo vírus SARS-CoV-2 (Covid-19)

Os anos de 2020 e 2021 ficaram marcados, pelos efeitos decorrentes da pandemia Covid-19, que direta e/ou indiretamente, para além dos impactos económicos, financeiros e sociais que causou nos agentes económicos e nas famílias, contribuiu também para que tenham existido alterações comportamentais de forma permanente mais ou menos duradouras.

Devido à sua atividade, a Promotorres não foi alheia, a todas estas alterações. No ano de 2021, não foi possível realizar o Carnaval de Torres, o Carnaval de Verão e o Santa Cruz Ocean Spirit. Quanto à Feira de S. Pedro, a Feira Rural e ao evento BeFashion, os mesmo foram realizados, mas de forma condicionada. O Festival das Vindimas, tal como em 2020, decorreu em formato online e a Feira de Viaturas Usadas decorreu normalmente.

Os Pavilhões Expotorres e Multiusos continuaram tal como, em 2020 a ser impedidos de receber eventos, não tendo sido por isso possível o aluguer de espaços a terceiros. O Pavilhão Multiusos continuou a ser utilizado como centro de vacinação contra a COVID-19.

A pandemia Covid-19 teve ainda impacto negativo no Carnaval de Torres 2022, pois o mesmo teve de ser cancelado.

A empresa continuará a monitorizar as ameaças, permanecendo atenta e cuidadosa perante os riscos que poderão surgir para a sua área de negócio, quer em termos operacionais, de investimento ou financeiros.

36 Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados, não existindo qualquer acordo de pagamento prestacional.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 5, alínea e), do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

Para efeitos da alínea b) do nº1 do Artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais a Administração informa que, durante o ano de 2021, foram faturados à Empresa honorários correspondentes a serviços de revisão legal de contas no montante de 3.300,00€.

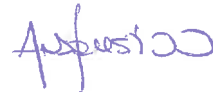
Torres Vedras, 30 de março de 2022

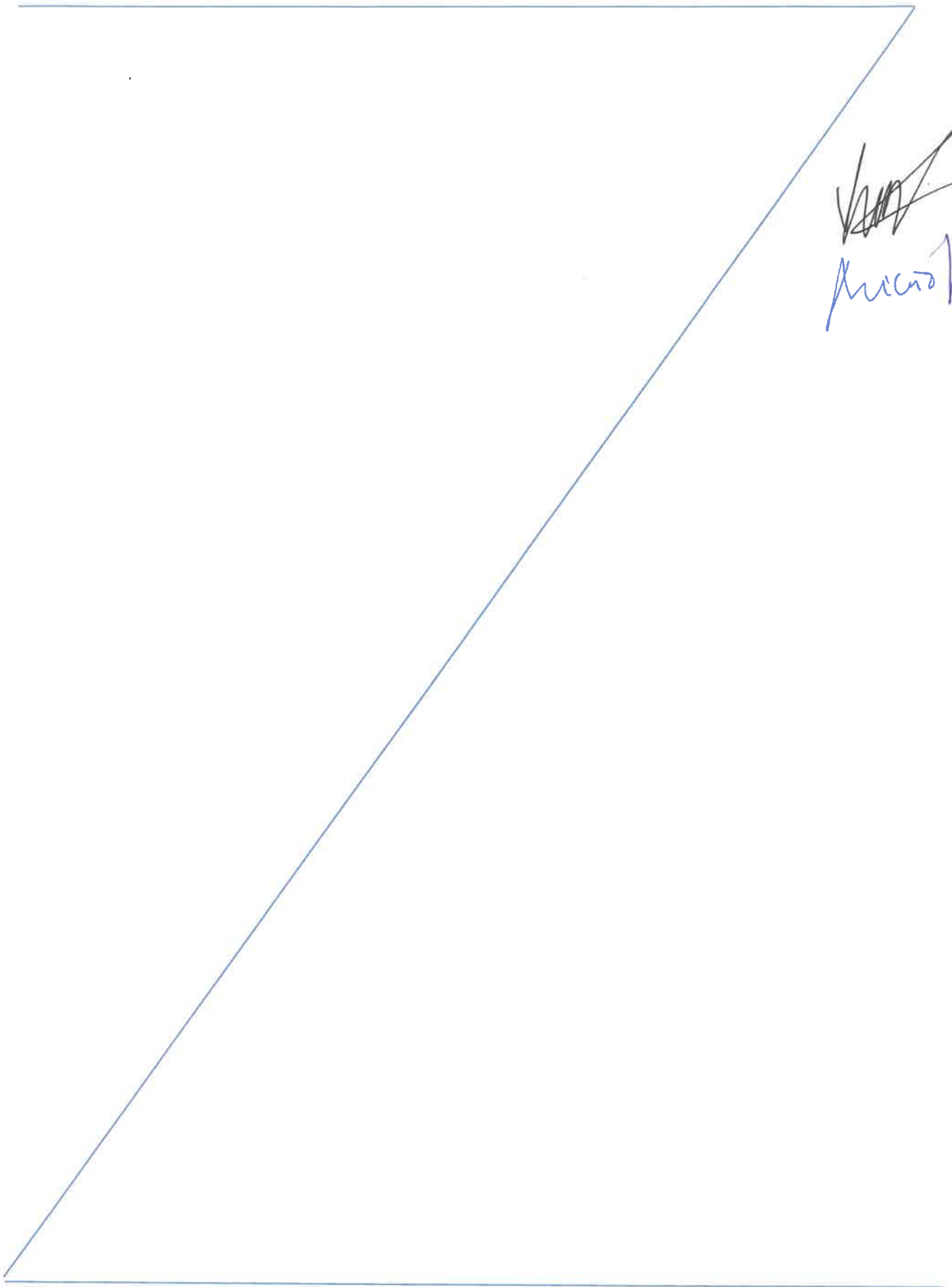
O Concelho de Administração



João de Oliveira
Pessoa Única

A Contabilista Certificada





[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de “PROMOTORRES, E.M.” (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 1 148 475 euros e um total de capital próprio de 246 959 euros, incluindo um resultado líquido de 6 290 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de “PROMOTORRES, E.M.” em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

GOMES MARQUES, CARLOS ALEXANDRE & ASSOCIADA, SROC

Sede: Rua da Tascóia, Complexo CREL - Bela Vista, Piso 2 - Sala F - Marsonã - 2745-003 QUELUS

Tel.: 21 430 88 30 - Fax: 21 430 88 39 - E-mail: geral@gmca-sroc.pt - NIPC: PT 503 598 941 - Capital Social: 10.000,00 € - Inscrição na Ordem dos R.O.C. nº 132



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a adequação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

GOMES MARQUES, CARLOS ALEXANDRE & ASSOCIADA, SROC

Sede: Rua da Indústria, Complexo CREL - Bela Vista, Fraz. 2 - São Paulo - Mato Grosso - 2745-003 QUELUZ
Telef: 21 430 88 30 Fax: 21 430 88 39 - E-mail: geral@gma-sroc.pt - NIPC: PT 503 598 641 - Capital Social 10,000,00 € - Inscrição: Ordem dos OC 100 e 10 13



- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Massamá, 07 de abril de 2022

GOMES MARQUES, CARLOS ALEXANDRE & ASSOCIADA, SROC

representada por

Vicente Pereira Gomes Marques (ROC n.º 669)



RELATÓRIO E PARECER

DO

FISCAL ÚNICO

Introdução

1. Em cumprimento das disposições legais e nos termos do mandato que lhe foi conferido, vem o Fiscal Único apresentar o seu relatório e o parecer sobre o relatório de gestão e os documentos de prestação de contas do Conselho de Administração de "PROMOTORRES, E.M.", relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Relatório

2. No desempenho das nossas funções acompanhámos a atividade da empresa através da análise dos livros, registos contabilísticos e respetiva documentação de suporte, bem como da verificação dos seus elementos patrimoniais, com a profundidade e frequência consideradas as mais adequadas aos fins em vista.

Em todas as nossas diligências contámos com a inteira colaboração do Conselho de Administração e dos serviços da empresa de quem recebemos sempre com prontidão todos os esclarecimentos solicitados.

3. Examinámos os documentos de prestação de contas e o relatório de gestão do Conselho de Administração que se encontra elaborado de acordo com as exigências legais e em conformidade com os referidos documentos de prestação de contas e, na qualidade Revisores Oficiais de Contas, elaborámos a Certificação Legal das Contas.

GOMES MARQUES, CARLOS ALEXANDRE & ASSOCIADA, SROC

Sede: Rua da Tascão, Complexo CREL - Bela Vista, Piso 2 - Sala F - Massamá - 1745-003 QUELUZ
Telef.: 21 430 88 30 - Fax: 21 430 88 39 - E-mail: geral@gmca-sroc.pt - NIPC: PT 503 598 741 - Capital Social: 10.000,00 € - Inscrição na Ordem das ROC sob o n.º 137



Parecer

4. Com base no que antecede e tendo em consideração a opinião expressa na referida Certificação Legal das Contas, a qual pressupõe a concordância do sistema contabilístico com os preceitos legais e com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, somos de parecer que sejam aprovados o relatório de gestão e os documentos de prestação de contas do Conselho de Administração relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, devendo o Município de Torres Vedras proceder a uma transferência financeira para equilíbrio das contas da empresa, nos termos do artigo 40.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto.

Massamá, 07 de abril de 2022

O FISCAL ÚNICO

GOMES MARQUES, CARLOS ALEXANDRE & ASSOCIADA, SROC

representada por

Vicente Pereira Gomes Marques (ROC n.º 669)